



Instituto Latino-Americano de Economia,
Sociedade e Política (ILAESP)
Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar (DRUSA)

**O FEMINISMO E OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS DE MULHERES RURAIS: O
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) E SUAS PRÁTICAS
FEMINISTAS**

Débora Fragata dos Santos

Foz do Iguaçu, 2018.



Instituto Latino-Americano de Economia,
Sociedade e Política (ILAESP)
Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
(DRUSA)

O FEMINISMO E OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS DE MULHERES RURAIS: O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) E SUAS PRÁTICAS FEMINISTAS

Débora Fragata dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientadora: Profa. Dr^a Silvia A.
Zimmermann

Coorientadora: Profa. Dr^a Silvia Lilian Ferro

Foz do Iguaçu, 2018.

DÉBORA FRAGATA DOS SANTOS

O FEMINISMO E OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS DE MULHERES RURAIS: O
MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC) E SUAS PRÁTICAS
FEMINISTAS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
de Economia, Sociedade e Política da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Desenvolvimento Rural e Segurança
Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia A. Zimmermann - UNILA

Coorientadora: Prof^a Dr^a Silvia Lilian Ferro - UNILA

Prof^o Dr^o Valdemar W. Júnior - UNILA

Profa. Dr^a Silvia Lima de Aquino - UFRGS

Mestranda Sandra Marli da Rocha Rodrigues - UNIOESTE

Foz do Iguaçu, 16 de julho de 2018.

À todas as mulheres!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha família pelo amor e por serem a base de tudo! Aos meus pais, Clairete Tartari e Alaércio dos Santos, agradeço de coração pelo companheirismo, pela força, pelo amor e cuidado que me dedicaram durante toda minha vida para hoje eu poder estar aqui. Agradeço ao meu irmão, Willian Fragata dos Santos, por ser o responsável em me apresentar o projeto UNILA, me acolher na sua casa e fazer parte indissociável da conquista desse diploma universitário. Aos meus outros dois irmãos, Rafael Diogo Tartari e Rafaella Aparecida Tartari, que apesar da distância, sempre nos motivaram aos estudos, e em conjunto com Aline e Júlio, cunhados queridos(a), nos presentearam com sobrinhos(a) lindos(a) durante os últimos 5 anos, Gabriela, João Vitor e Arthur. E ao restante da família, tanto do lado materno, quanto paterno, obrigada pela preocupação, pelo cuidado, pelo conforto, pelas datas comemorativas, pelo carinho e tudo mais.

Agradeço ao meu companheiro de vida Jobson Freitas Leite pela força nesses últimos suspiros de trabalho, pela paciência frente às minhas crises de improdutividade, pela parceria no dia-a-dia e nas tarefas domésticas, mas em especial obrigada pelo cuidado, amor e confiança depositados que foram fundamentais para a conclusão deste.

Agradeço às minhas professoras orientadoras, Dr^a Prof^a Silvia A. Zimmermann e Dr^a Prof^a Silvia Lilian Ferro, não apenas pelas orientações nesta pesquisa, mas sobretudo pela amizade de ambas. À orientadora Dr^a Prof^a Silvia A. Zimmermann pela oportunidade de aprender com a experiência nos projetos de pesquisa científica e extensão universitária, pelas várias horas de conversa e discussões, pelas disciplinas ministradas, e pelo respeito. À co-orientadora Dr^a Prof^a Silvia Lilian Ferro agradeço de coração pelo compartilhamento de suas experiências com as mulheres rurais, pelo carinho e entusiasmo em todas as reuniões, pela elucidação de muitas dúvidas e por fim, a tristeza de não cursado nenhuma disciplina ministrada por você. Agradeço a todas e todos docentes que compuseram a grade curricular do curso de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, e também as disciplinas do ciclo comum.

Agradeço às companheiras dirigentes nacional do MMC pelo compartilhamento de vida, luta e organização, pelo carisma e disponibilidade nas

entrevistas. Agradeço ao MMC pela existência e às mulheres camponesas pela força, luta e resistência diária diante tantas faces de opressão.

Agradeço à banca, Dr^a Prof^a Silvia Lima de Aquino, Dr^o Prof^o Valdemar João Wesz Júnior, e mestrandas Sandra Marli da Rocha Rodrigues, pela disposição, disponibilidade e as contribuições de extrema relevância para capacitação deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço pelo companheirismo aos meus colegas de sala, as e os egressos de 2014 em Desenvolvimento Rural, mas em especial à Cláudio Martinez, Fabrício Lima da Silva, Gabriel Avalos, Raimundo Cristian de Oliveira e Romildo Rocha pelos apertos, trabalhos e comemorações em parceria. Agradeço também à outras(os) colegas discentes na UNILA de diversos cursos de graduação e mestrado, Danto Giardina (*in memorian*), Rafael Gomes (*in memorian*), Besna Yacovenco, Bárbara de Araújo, Leandro Raggi, Netto Kó, Talita Lessa, Alice Nicolau, Jean Soares, Antony Muniz, Juliana Alencar, Ludmilla Domingos, Willian Brandão, Rafael Basso, Ariadne Pires, Jandir Rodrigues, Panambi, Henrique Santana, entre muitas(os) outras(os).

Também agradeço pelas amizades conquistadas na cidade de Foz do Iguaçu, amigas e amigos que me acolheram como uma família, em especial à Elisandra Niclevicz, Keven Fang, Jackson Willian, Karina Habistroit, Isabela Placido e Bia Mendes.

FRAGATA, Débora dos Santos. **O feminismo e os movimentos autônomos de mulheres rurais**: o Movimento de Mulheres Camponesas MMC e suas práticas feministas. p. 91. Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

A luta feminista foi fundamental para a conquista de direitos básicos para as mulheres, contudo, as mais beneficiadas são urbanizadas. As mulheres rurais historicamente tiveram seus trabalhos produtivos invisibilizados, foram negados direitos profissionais, previdenciários, à terra, entre outros. As organizações de mulheres rurais latino-americanas surgem da necessidade de um espaço de discussão prioritário para suas demandas. A seguinte pesquisa com as mulheres rurais e organizações autônomas tem como objetivo compreender em qual momento histórico houve diálogo, ou não, entre as teorias de lutas feministas e os movimentos autônomos de mulheres rurais brasileiros, em especial, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), quais foram suas mobilizações mais representativas no cenário nacional e, por fim, como o Feminismo Camponês Popular é criado através da experiência diante práticas diárias vivenciadas pelas mulheres rurais.

Palavras-chave: Feminismo. Mulheres rurais. Movimento de Mulheres Camponesas MMC. Feminismo Camponês Popular.

FRAGATA, Débora dos Santos. **El feminismo y los movimientos autónomos de mujeres rurales**: el Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) y sus practicas feministas. p. 91. Trabajo de Conclusión de Curso en Bacharel en Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria – Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguazu, 2018.

RESUMEN

La lucha feminista fue fundamental para la conquista de derechos básicos para las mujeres, sin embargo, las más beneficiadas son urbanizadas. Las mujeres rurales históricamente tuvieron sus trabajos productivos invisibilizados, se negaron derechos profesionales, previsionales, a la tierra, entre otros. Las organizaciones de mujeres rurales latinoamericanas surgen de la necesidad de un espacio de discusión prioritario para sus demandas. La siguiente investigación con las mujeres rurales y organizaciones autónomas tiene como objetivo comprender en qué momento histórico hubo diálogo, o no, entre las teorías de luchas feministas y los movimientos autónomos de mujeres rurales brasileños, en especial, el Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), cuáles fueron sus movilizaciones más representativas en el escenario nacional y, por fin, como el Feminismo Camponês Popular (FCP) es creado a través de la experiencia ante prácticas diarias vivenciadas por las mujeres rurales.

Palabras-llave: Feminismo. Mujeres rurales. Movimento de Mulheres Camponesas MMC. Feminismo Camponês Popular FCP.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIMTR-SUL - Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul
 AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras
 AMMTR-SUL - Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul
 AMNB - Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras
 ANMTR - Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais
 CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
 CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
 CLOC - Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo
 CMTR-PI - Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí
 CNDM - Conselho Nacional do Direito das Mulheres
 CNPAS - Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis
 CONCLAT - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
 CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 CPT - Comissão Pastoral da Terra
 CUT - Central Única dos Trabalhadores
 DRUSA - Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar
 EUA - Estados Unidos da América
 FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
 FCP - Feminismo Camponês Popular
 FEAB - Federação Brasileira de Estudantes de Agronomia
 FENATRAD - Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas
 FETAPE - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pernambuco
 FIPSS - Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social
 FNPS - Fórum Nacional de Previdência Social
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ILAESP - Instituto Latino Americana de Economia, Sociedade e Política
 MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem
 MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
 MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras
 MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
 MMM - Marcha Mundial das Mulheres
 MMTR-NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
 MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
 MPMP - Movimento Popular de Mulheres do Paraná
 MST - Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
 OMA - Organização de Mulheres Agricultoras
 OMTR-PR - Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná
 ONU - Organização das Nações Unidas
 PANCS - Plantas Alimentícias Não Convencionais
 PCB - Partido Comunista Brasileiro
 PJR - Pastoral da Juventude Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 UFERSA - Universidade Federal Rural do Semiárido
 UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana
 UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FEMINISMO E MULHERES RURAIS NO BRASIL	19
2.1 PENSAMENTOS IMPORTADOS	19
2.2 MULHERES RURAIS E OS MOVIMENTOS MISTOS	24
2.3 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES RURAIS	29
3 MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DAS RURALIDADES	37
3.1 REVOLUÇÃO VERDE E AS MULHERES RURAIS	38
3.2 ÊXODO RURAL E A QUESTÃO FEMININA	43
3.3 REALIDADES FEMININAS NO RURAL	46
3.4 MILITÂNCIAS, EMPODERAMENTO E TRIPLA JORNADA DAS MULHERES RURAIS	50
4 MULHERES RURAIS E A RELAÇÃO DIRETA COM O FEMINISMO	56
4.1 MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)	56
4.1.1 HISTÓRIA DE LUTA E VIDA	69
4.1.2 ARTICULAÇÕES E RELAÇÕES COM OUTROS MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS	72
4.1.3 FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	90

1 INTRODUÇÃO

Com a futura efetivação da Revolução Francesa (1789-1799), as ativistas francesas estavam dispostas a conquistar para si as liberdades prometidas aos homens com a Revolução. Por isso, ainda em 1781, representadas por Olympe de Gouges¹, propuseram a Declaração dos Direitos da Mulher, análoga à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão². O documento apresentado por Olympe continha reivindicações femininas com caráter eminentemente político. No entanto, a Revolução Francesa era dirigida e composta pela elite burguesa, predominantemente masculina e branca, que se interessavam na manutenção de suas regalias, mas não na sua abolição ou na igualdade, como visava Olympe. Devido seus escritos e atitudes pioneiras, Olympe foi guilhotinada em 1793 (SAFFIOTI, 2013), como resposta às outras ativistas sufragistas³ da época, silenciando-as por décadas. Ressalta-se que nos primórdios do surgimento do feminismo ocidental como um movimento contestatório à cultura patriarcal, este se vincula única e exclusivamente às demandas das mulheres burguesas, brancas, e principalmente, **urbanas**. Neste período, as camponesas francesas não tinham nenhuma visibilidade, muito menos acesso à escolarização, quem dirá às revistas e publicações feministas da época.

Na Inglaterra, a primeira publicação de protesto contra as formas de opressão patriarcais e presença de ideias revolucionárias para a época, foi realizada por Mary Wollstonecraft, filósofa e defensora dos direitos das mulheres, a qual publicou seu livro *Vindication of the rights of women*, em 1792. Nele, a autora reivindicava o acesso das mulheres pelas mesmas escolas que frequentavam os homens, a fim de capacitá-las para uma vida mais independente, baseado num contexto totalmente **urbanizado**. O livro rendeu uma certa notoriedade, porém, não

¹ Olympe de Gouges (França 1748-1793), ativista política, feminista e abolicionista.

² Documento votado em Assembleia Constituinte francesa no ano de 1789, nele consta a garantia dos direitos dos homens, e não dos homens e das mulheres.

³ O movimento pelo sufrágio feminino é um movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. A luta pelo voto feminino foi sempre o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas da era pós-Revolução Industrial. As "suffragettes" (em português, sufragistas), foram as primeiras ativistas do feminismo.

desencadeou nenhum movimento organizado visando a emancipação feminina na família e sociedade (SAFFIOTI, 2015).

Apesar das inúmeras contribuições das sufragistas durante todo o século XVIII, estas não obtiveram nenhum avanço significativo na conquista do direito ao voto e na participação política. Ao contrário, já no início do século XIX, mais precisamente em 1804, com a instituição do Código Napoleônico na França, as mulheres tiveram um retrocesso devastador para o movimento sufragista do país. Com a instituição do novo código civil, Napoleão aboliu os privilégios do clero e da nobreza do antigo estado e constituiu os direitos iguais perante a lei. Contudo, o novo código referia-se aos direitos dos homens, principalmente sobre as mulheres, nele constava que os pais ou maridos teriam direitos sobre as correspondências e os salários das mulheres; instituía uma pena de três meses de prisão para as mulheres que cometessem adultério, sendo que para os homens, o mesmo crime renderia a pena de uma pequena multa (SAFFIOTI, 2015).

Em meados do século XIX na Inglaterra, contudo, as camadas de mulheres operárias não reivindicavam por igualdade entre homens e mulheres, ao contrário, solicitaram por leis de proteção ao seu trabalho, como as instituídas em 1842, a lei que proibiu o trabalho das mulheres e de crianças menores de 7 anos no subsolo de mineradoras; em 1844, a lei que reduzia a jornada de trabalho das mulheres e crianças para 12 horas, mais tarde, em 1847 para 11 horas, e ainda posteriormente, em 1848 para 10 horas (MARX, 1983). Naquele país foram as mulheres de estratos sociais mais altos que iniciaram na luta pela melhoria de oportunidades de trabalho e de educação e pela liberdade política feminina. Foi um período marcado também por situações bem delicadas, referente a resistência dos antifeministas, estes apoiados por inúmeras mulheres intelectuais inglesas, como Caroline Norton (1808-1877) autora e reformista inglesa, e Beatriz Webb (1858-1943), socióloga e historiadora (SAFFIOTI, 2015).

Sojourner Truth (1797-1883), mulher afro-americana liberta, foi uma abolicionista⁴, analfabeta, que levantou a questão racial quando num momento

⁴ Movimento político que visou a abolição da escravatura e do tráfico de escravos. Desenvolveu-se durante o iluminismo do século XVIII e tornou-se uma das formas mais representativas de ativismo político do século XIX até a atualidade.

histórico o feminismo pautava a igualdade e não as diferenças, em pleno regime de escravidão. Discursou na Convenção dos Direitos da Mulher, em Akron, no ano 1852, o texto “Por acaso não sou mulher?” desconstruindo a categoria hegemônica “mulher” e afirmando sua identidade como mulher negra, sendo esse discurso utilizado novamente mais de um século mais tarde, em 1981, por Bell Hooks, abolicionista, autora e ativista feminista estado-unidense, em *Ain't a Woman: Black Women and Feminism* como texto fundacionista do feminismo negro (JABARDO et al, 2012).

Sojourner foi a primeira, de uma importante gama de intelectuais feministas negras, que não tiveram o apoio de obras escritas para a comunicação entre as mulheres negras, ativistas e entusiastas do feminismo negro na época, e que enfrentaram desafios com devido reconhecimento, tanto que são lembradas até os dias atuais. O seu principal feito refere-se ao fato, de que também comovida com experiências de outras ativistas negras ex-escravas, como Harriet Jacobs, ressignificaria o termo mulher, com aspirações na liberdade, diante a dominação racista e sexista da época (JABARDO et al, 2012).

Muitos foram os conflitos, nos EUA, entre os movimentos sufragista e abolicionista. Contudo, foi no sul, já no final do século XIX, posterior a abolição da escravidão (XVII-1863), foi instituída a “Lei de Lynch”, que previa a privação dos votos de homens negros, ação essa apoiada pelo movimento feminista sufragista da época (JABARDO et al, 2012). Angela Davis⁵ em seu livro *Mulheres, raça e classe* (2004), recorre às palavras de Elizabeth Cady Staton, ativista norte americana sufragista e religiosa protestante, quando questionada sobre o poder de voto do “homem de cor” anteriormente ao voto das mulheres. Elizabeth afirma que se as mulheres seriam representadas por homens, que estes sejam representados pelo modelo mais elevado de masculinidade, ou seja, pelos homens brancos (DAVIS, 2004 apud JABARDO et al, 2012), exaltando o racismo presente nos pensamentos e falas das feministas sufragistas norte-americanas.

⁵ Angela Yvonne Davis (EUA 1944-), professora e filósofa socialista norte americana, conquistou notoriedade mundial na década de 70 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos e dos Pantera Negras e por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação racial.

Mas foram inúmeras as intervenções e lutas travadas pelas ativistas feministas sejam sufragistas e/ou abolicionistas desde o século XVIII, no entanto, foi somente nas primeiras décadas do século XX, que a conquista do direito ao voto feminino se concretizou no contexto mundial. Na Inglaterra, essa conquista foi gradual, em 1914, foi cedido o direito ao voto primeiramente às mulheres acima de 30 anos e proprietárias ou esposas de proprietários, configurando-se privilégios com viés classista e racista, levando em consideração que, somente mulheres brancas e de classe média ou alta eram na época proprietárias de terras ou de estabelecimentos. Mas foi apenas a partir de 1928 o sufrágio foi estendido a todas as mulheres inglesas (SAFFIOTI, 2015). Nos EUA, o direito ao voto feminino foi liberado em 1919, através de vários comícios, conferências, passeatas e greves de fome. Mais demorada foi a França, que somente em 1944 instituiu o direito ao voto às mulheres, sendo a principal diferença dos países já mencionados e o contexto francês, é que as mulheres também conquistaram o direito a serem votadas e de exercerem cargos parlamentares (JABARDO et al, 2012).

Uma das contribuições mais relevantes no universo da produção teórica feminista ocidental, e que marca uma ruptura até os dias atuais na discussão sobre “a mulher” no âmbito sociológico e antropológico moderno, é o livro *Segundo Sexo: fatos e mitos* de Simone de Beauvoir⁶ (1908-1986), publicado originalmente, em 1949, porém, traduzido para português somente nos anos 80. No livro a autora constata que “[...]apesar das conquistas civis e do ingresso no trabalho, as mulheres ainda se encontravam presas a um mundo exclusivamente feminino” (MÉNDEZ, 20__). Simone é conhecida por uma frase, muito utilizada na luta feminista ocidental, de que “não se nasce mulher, torna-se” mulher. Esta frase representa as construções sociais do papel da mulher na sociedade, relativo às obrigações intrínsecas à elas por serem mulheres, quando se tornam donas de casa, esposas e/ou mães, com a dupla jornada de trabalho; quando exercem funções remuneradas, sendo sempre, também, responsáveis pelas atividades no âmbito doméstico e na criação das(os) filhas(os). Com o livro, Simone marca uma importante fase do feminismo mundial, inserindo-se num contexto de luta pelos direitos sexuais, no acesso à educação superior e pela igualdade de direitos econômicos. A autora acrescenta que somente com a modificação na divisão sexual

⁶ Simone de Beauvoir (Paris 1908-1986) escritora, ativista política, feminista e intelectual.

do trabalho doméstico é que de fato as mulheres se libertariam das obrigações intrínsecas pela sua condição sexual (MÉNDEZ, 2005). Com essas ideias, a autora foi fortemente criticada pela construção da “mulher” como única e exclusiva, partindo do princípio da própria experiência, como mulher branca, eurocêntrica e da classe burguesa, a qual é acrescentada a característica **urbanizada**.

Foi nesse contexto mundial, ao final do século XIX, que o movimento feminista sufragista chega em terras latino-americanas, onde é marcado pela consolidação do direito ao voto feminino ainda entre a primeira metade do século XX, porém, de uma forma gradativa. O Uruguai institui o voto feminino em 1927, e posteriormente, em 1932, institui o direito de elegibilidade das mulheres para cargos parlamentares. A Argentina sanciona o direito sufragista primeiramente em nível municipal, no ano de 1921, mas somente em 1947, torna-se válido o voto feminino nas eleições presidenciais. No Chile, também houve em primeiro momento, em 1935, a liberação do voto feminino para eleições municipais para mulheres acima de 25 anos, posteriormente, em 1949, estende-se para as eleições presidenciais. No Equador foi instituído o direito ao voto feminino, em 1929. Na Bolívia, primeiramente libera-se o sufrágismo para eleições municipais, posteriormente, em 1949, estende-se para o nível presidencial, e também, torna-se as mulheres aptas a ocupar cargos parlamentares, contudo, somente em 1952, o voto torna-se universal, sem distinção entre os níveis educativos. No Peru, já na segunda metade do século XX, em 1956, institui-se o sufrágismo, mas é vetado o voto para pessoas analfabetas, sendo grande percentagem feminina; no ano posterior universaliza-se o voto neste país. O Paraguai institui o voto feminino apenas em 1961(VÉLEZ, 2007).

O Brasil apresenta particularidades em relação aos outros países latino-americanos. Neste país instituiu-se o voto às mulheres primeiramente em níveis municipais e/ou estaduais em 10 estados brasileiros, sendo o primeiro o estado do Rio Grande do Norte, em 1928; contudo, os votos foram anulados nesse mesmo estado e ano pela Comissão de Poderes do Senado. Foi somente em 1932 que o então presidente Getúlio Vargas⁷, decreta o sufrágismo feminino em todo país, porém, este é restrito às mulheres casadas e somente com o consentimento do marido, e às mulheres solteiras e viúvas, desde que proprietárias de

⁷ Getúlio Vargas (Brasil 1882-1954) advogado e político, líder civil da Revolução de 1930. Foi Presidente da República durante os anos de 1930 a 1945.

estabelecimentos e/ou terras. Em 1934, libera-se o voto a todas as mulheres, e em 1946, o voto torna-se obrigatório, exceto para a população analfabeta, sendo essa população maioritariamente do universo rural e feminina (LAGE, J. A. et al, 2012).

Como será possível constatar, as conquistas do movimento feminista sufragista até a metade do século XX, em níveis institucionais e contribuições teóricas críticas, foram as responsáveis pelas indagações que este trabalho visa responder com a utilização metodológica de revisão bibliográfica, e com a complementação de pesquisa documental e entrevistas realizadas com duas dirigentes nacionais dos maiores movimentos autônomos de mulheres rurais do Brasil citados neste trabalho. De modo geral, o movimento feminista sempre esteve arraigado às discussões de experiências oriundas de mulheres prioritariamente brancas e europeias ou norte-americanas, burguesas, mas principalmente de contextos **urbanizados**. Entretanto, as mulheres rurais atualmente conformam movimentos sociais com demandas específicas e estas são consideradas lutas feministas, com isso indaga-se, como as teorias feministas ocidentais que migram para os países latino-americanos convergem com as lutas das mulheres em contextos de exclusão, desigualdade, analfabetismo do espaço rural, característica de toda América Latina?

Direito a ter direitos! Como percebe-se esta é a principal reivindicação desde os primórdios do surgimento da luta feminista mundial, quando ainda nem era denominada assim. É por isso que o movimento feminista, para além de ser apenas um movimento social, possui outras características, são as próprias feministas que produzem e reinterpretam reflexões críticas baseadas em suas teorias que são aplicadas em cada realidade. Assim, devemos levar em consideração a tipologia das militantes que impulsionaram as publicações e reflexões, isso nos primórdios do movimento feminista, sendo que as principais responsáveis pela divulgação em seus tempos foram mulheres eurocêntricas, de classe média ou alta, brancas, **urbanizadas** e educadas.

A partir disso, na narrativa apresentada acima são identificados dois movimentos, um representado por esse feminismo classista, privilegiado, midiático e urbanizado, e o outro pela luta de mulheres oriundas de classes sociais menos favorecidas, nelas essencialmente se encontram mulheres trabalhadoras industriais,

essas **urbanizadas**. Alheias ou não, essas trajetórias convergiram e provocaram um interessante embate e reordenamento na história, resultando no questionamento da matriz androcêntrica da produção de todo conhecimento e ciência em geral.

Vale ressaltar a tentativa de aproximação com outros movimentos autônomos de mulheres rurais brasileiros, mas por diversos contratempos foram impossibilitados de uma análise comparada entre os movimentos de mulheres rurais em atuação no território brasileiro, suas perspectivas feministas, experiências de vida, entre muitas outras informações de extrema relevância para o objetivo inicial desta pesquisa. Devido aos impedimentos, a análise concentra-se apenas em um movimento autônomo de mulheres rurais, o Movimento de Mulheres Camponesas e em duas de suas dirigentes nacionais, onde ambos (movimento e dirigentes) demonstraram total abertura para a conclusão desta pesquisa.

Ressalta-se que desde o início da graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, a ênfase nas questões feministas e de mulheres no âmbito rural esteve sempre presentes nas pesquisas e trabalhos realizados pela discente, e como complemento a formação foram cursadas disciplinas optativas sobre a história, teoria e movimentos feministas. Contudo, para além de pesquisar sobre mulheres e lutas feministas, a inquietação nos estudos esteve sempre presente referente a realidade das questões de mulheres nos espaços rurais brasileiros. Através desta inquietação, presente na sala de aula, nas saídas de campo e nos projetos de pesquisa e de extensão realizados ao longo de quatro anos e meio de graduação, surge o objeto de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso e o desconforto frente à indisponibilidade de oferta de disciplinas direcionadas às mulheres rurais na grade do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Neste sentido, outro ponto fundamental levantado na pesquisa, refere-se a importância do estudo sobre a extrema pobreza, as opressões patriarcais e organizações políticas vividas pelas mulheres rurais em toda América Latina, para as(os) profissionais formados no curso de bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar numa Universidade de proposta de integração latinoamericana.

O objetivo geral da pesquisa é compreender em qual momento na história da introdução do feminismo no Brasil este dialoga com o Movimento de

Mulheres Camponesas (MMC), e como se relaciona com as teorias feministas, quais suas demandas específicas como um movimento autônomo de mulheres rurais de abrangência em todo território brasileiro. São objetivos específicos compreender quais são os movimentos sociais mistos e autônomos de mulheres rurais mais representativos em nível nacional, suas campanhas, mobilizações e lutas mais importantes para o cenário brasileiro, entre outras informações relevantes para a discussão deste trabalho.

Para alcançar os objetivos, utilizou-se da revisão bibliográfica de pesquisas e estudos relacionados ao público de mulheres rurais e suas organizações autônomas, e de forma complementar, apresentasse duas entrevistas semi-estruturadas com a percepção de duas dirigentes nacionais do MMC, e também, a pesquisa documental de fotografias de encontros e mobilizações do histórico do MMC. As entrevistadas foram escolhidas por serem representantes do MMC, sendo uma residente no sul e outra no nordeste do Brasil, de forma a representar as duas regiões que desempenharam o protagonismo da luta das mulheres rurais. As entrevistas foram realizadas em maio de 2018, de forma presencial com a entrevistada 1, e em junho do mesmo ano, via skype com a entrevistada 2. Foram realizadas com a aplicação do questionário semi-estruturado (ANEXO 1). Foram analisadas e compõem as discussões presentes no último capítulo deste trabalho de conclusão de curso. Vale ressaltar a percepção participante da autora em duas edições da Sessão Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF), que aconteceu em Brasília - DF entre os anos 2014-2018, reunião essa composta por representantes da sociedade civil (movimentos sociais rurais, instituições e estudantes) e do governo brasileiro. Esta foi uma oportunidade ímpar de experienciar as diversas realidades da sociedade civil dialogando num espaço de tomada de decisão em conjunto aos elaboradores de políticas públicas tão importantes no cenário brasileiro e latinoamericano.

Para alcançar os objetivos propostos a estrutura do trabalho de conclusão de curso conta, na introdução, com um breve panorama das primeiras manifestações feministas e a conquista do direito ao voto pelas mulheres na Europa, EUA e América Latina, ainda no início do século XX. Enfatiza-se o caso brasileiro e

o contexto em que se deu a introdução da teoria feminista ocidental no Brasil até o surgimento dos movimentos sociais mistos e específicos, quando são abordados e discutidos os movimentos sociais de mulheres e de mulheres rurais mais representativos no cenário brasileiro. Em seguida, ressaltamos a realidade rural brasileira, com uma breve discussão dos efeitos da “Revolução Verde”, especialmente o êxodo rural, e como principal consequência a desruralização da população jovem, principalmente sobre o público feminino. Ainda no subitem, evidenciamos o empoderamento, a militância e a participação das mulheres rurais nas organizações e movimentos de mulheres rurais. E por último, ressaltamos as falas das dirigentes nacionais do MMC e a convergência de suas lutas com a prática feminista, apresentando através dos relatos de história de vida e de luta no MMC, as realidades enfrentadas por elas e pelas companheiras, os encontros, a percepção frente o feminismo, as articulações nacionais e internacionais do MMC e a construção do Feminismo Camponês Popular oriundo das mulheres rurais latinoamericanas.

2 FEMINISMO E MULHERES RURAIS NO BRASIL

Nesse segundo capítulo ressaltamos o transcorrido dos pensamentos e teorias feministas ocidentais e como tal se introduz no cenário brasileiro, suas principais ativistas feministas e conquistas. Posteriormente, nos introduzimos à luta das mulheres rurais ainda no interior dos movimentos sociais rurais mistos e sindicatos rurais, elencando algumas de suas principais porta-vozes e as reivindicações que permeiam os anos de invisibilidade das mulheres no universo privado e público. Para finalizar, destacamos os maiores movimentos sociais autônomos de mulheres rurais, suas principais demandas, conquistas e articulações regionais e nacionais.

2.1 PENSAMENTOS IMPORTADOS

No Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX, ocorreram mudanças importantes com a institucionalização do país como República. Recém-saído de um sistema escravista de mais de cinco séculos, com fortes raízes racistas, e se encaminhando para o período de industrialização, este foi cenário para o surgimento dos primeiros indícios do movimento sufragista nacional, divulgado principalmente entre as mulheres de classes sociais mais elevadas, tradicionalmente brancas e **urbanizadas**.

A luta sufragista era, prioritariamente, pela aquisição de direitos políticos às mulheres, contudo, também existiam outras demandas, como a luta pela educação, pela emancipação feminina, e as sufragistas defendiam que o trabalho seria a questão central na luta pela libertação da mulher. Entre as principais representantes brasileiras está Bertha Lutz (1894-1976), bióloga, advogada, e fundadora⁸ da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1919, oficialmente instalada em 1922. Ela foi a segunda mulher a ingressar no serviço público e candidata duas vezes à deputada federal na década de 30 (LAGE, J. A. et al, 2012). Bertha, após uma temporada em Londres, onde se graduou em Ciências pela

⁸ Bertha também fundou a União das Funcionárias Públicas e a Liga Eleitoral Independente, ambas em 1922, e promove o aparecimento de filiais da primeira associação feminista brasileira em 13 estados. Bertha também foi a responsável por diversas conquistas das mulheres, principalmente as proletárias, no âmbito de direitos trabalhistas na década de 30, ver mais detalhes em SAFFIOTI (2015).

Universidade de Paris, em 1918, teve oportunidade de contato com as sufragistas ocidentais, transformando-se na primeira pregadora pela emancipação da mulher no Brasil (SAFFIOTI, 2015).

Para além da introdução do movimento sufragista, no Brasil também houve um elevado grau de envolvimento de mulheres trabalhadoras industriais nas lutas sindicais, as principais lutas eram em defesa de horas mínimas de trabalho, melhores salários, condições de higiene, saúde e creche para as crianças, além de combates às discriminações submetidas no ambiente de trabalho. Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres representavam de forma crescente a força de trabalho em fábricas têxteis brasileiras, resultando na maior participação feminina nas greves e lutas sindicais, pela reivindicação de suas demandas. Esse momento assemelha-se com as demandas, mencionadas na introdução, pelas mulheres inglesas operárias na metade do século XIX (COSTA, 2005).

Vale ressaltar os primeiros movimentos feministas reconhecidos no contexto brasileiro, concentrados principalmente nas regiões mais capitalizadas, e conseqüentemente, mais **urbanizadas**. O primeiro, o Partido Republicano Feminista criado pela baiana Leolinda Daltro (1859-1935), e o segundo a Associação Feminista, de cunho anarquista, com forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo, ambos movimentos organizaram milhares de mulheres (COSTA, 2005).

Foi através da confluência com a luta do movimento sufragista, e a participação feminina no movimento sindical, que o direito ao voto feminino foi conquistado no Brasil, em 1932, com a incorporação das aspirações de ordem política das mulheres pelo Código Eleitoral, mesmo que para uma parte das mulheres. Consolidando-se a universalidade do voto somente com a elaboração da Constituição⁹, em 1934. Com o sucesso das lutas sufragistas, as associações feministas brasileiras, sobre tudo, através de representantes no Poder Legislativo, intensificaram sua atuação, tendo em vista o trabalho feminino e a proteção à maternidade e à infância (SAFFIOTI, 2015).

Além de Bertha Lutz, entre as(os) simpatizantes e principais atuantes nas causas feministas dentro do parlamento brasileiro, está Carlota P. de

⁹ Participaram da elaboração do anteprojeto da Constituição de 1934, duas mulheres, a dra. Carlota Pereira de Queiroz, a primeira mulher no Corpo Legislativo brasileiro, e Bertha Lutz, nomeada pelo então chefe do governo, como representante do movimento feminista organizado (SAFFIOTI, 2015).

Queiroz (1892-1992), médica, escritora, pedagoga e a primeira deputada brasileira, entre os anos de 1934 até o golpe em 1937. Ambas atuaram na elaboração de diversas legislações para as demandas femininas, contudo, demonstravam opiniões divergentes entre si. Bertha reflete em sua atuação, uma identificação com os estratos sociais médios e na expansão da estrutura capitalista no Brasil, defendendo a abrangência de novas vias de emancipação econômica feminina. Suas características resultam em uma postura de submissão em relação às estruturas da sociedade competitiva, e suas ações, nesse sentido, não conseguiram promover senão a segregação sexual na época.

Já na concepção de Carlota, a equiparação entre os sexos era fundamental, nesse sentido, faz depender da concessão de direitos políticos às mulheres em todos os demais setores da vida social, para além do sufrágio. Saffioti (2015) complementa que, embora as mulheres constituem direitos, esses são meramente abstratos para as mulheres sem acesso à trabalho e à educação. Constituindo assim, na visão de Carlota, uma perspectiva de minimizar os sofrimentos da pobreza nas camadas mais desprivilegiadas (SAFFIOTI, 2015). Constata-se que as camadas foco de atuação das parlamentares mencionadas eram constituídas por populações desfavorecidas, contudo **urbanas**, em nenhum momento da revisão bibliográfica realizada nos deparamos com indagações ou legislações que ao menos cite as mulheres rurais na atuação Carlota e Bertha.

A conquista do direito ao voto, anteriormente a países europeus, não levou, todavia, a mulher brasileira a participar da esfera política. Entretanto, a importação de ideias que não encontravam eco na realidade brasileira, desenvolveu em boa parcela da população feminina aspirações de libertação e emancipação através do trabalho, emancipando-se na medida em que, efetivamente, os elementos femininos penetravam as áreas estritamente exclusiva para a população masculina, mas ainda se caminhava em passos lentos.

A partir da conquista do sufrágio em todo contexto mundial, o movimento feminista passa por uma desmobilização primeiramente nos países da América Latina, seguidos pelos países ocidentais. Paralelo a isso, e ao contrário do esperado, as organizações feministas no Brasil, como o Partido Republicano Feminista e a Associação Feminista, apesar da desarticulação não tiveram fim ou foram excluídas dos movimentos políticos mais amplos, apenas realocaram-se para outras organizações e para as Igrejas, como organizações de clube de mães,

pastorais e associações, pela luta por demandas sociais diversas, como escolas, hospitais, saneamento básico, creche, transporte, etc (COSTA, 2005).

Diante disso, observa-se a retomada numa visão mundial do movimento feminista, já anos 60, sob a perspectiva dos movimentos contestatários¹⁰, com a principal afirmação de que o “pessoal é político”. Não divergente ao contexto mundial, no Brasil a afirmação não é feita apenas sob uma perspectiva de bandeira de luta, mas de questionamento profundo referente aos parâmetros conceituais do político, chamando a atenção sobre o caráter político da opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada, no caráter privado/doméstico. Por isso vale ressaltar que para Carole Pateman (1996), filósofa, escritora e ativista feminista, a qual

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996).

No entanto, com o golpe militar no Brasil em 1964, e em toda América Latina posteriormente nos anos 70, os movimentos de mulheres em conjunto com os demais movimentos populares foram silenciados, as lideranças perseguidas ou exiladas, quando não mortas, recorrendo às Igrejas com inspirações na Teologia da Libertação. Este considerado uma corrente do pensamento teológico que apresenta como tese um pensamento crítico à exploração de classes, desigualdades sociais e acumulação de renda, esse movimento religioso teve origem na América Latina, liderada pela Igreja Católica no Brasil, o qual é vinculado às lutas populares. Por inspirações desenvolveu amplos trabalhos comunitários destinados a populações pobres, principalmente rurais, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), constituindo uma importante resistência frente ao governo autoritarista da época. Buscou nas análises socialistas, especialmente no

¹⁰ Manifestações para lutar pela liberdade de modos de vidas como os hippies, na moda, na música, na literatura, no cinema e pelas mulheres.

marxismo¹¹, o escopo material para suas análises sociais e econômicas (MENEZES NETO, 2007).

Nesse contexto, com a politização à esquerda de parcela da população e a abertura da Igreja para as causas sociais, propicia-se um clima político que resultará no engajamento de diversos setores religiosos com políticas de esquerda, desempenhando mais tarde um papel fundamental na consolidação dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de diversos Estados (MENEZES NETO, 2007). Todavia, não podemos deixar de ressaltar que movimentos organizados por setores conservadores burgueses também foram mobilizados, e envolveram um grande número de mulheres que apoiaram a ditadura militar, sendo estas em suma maioria pertencentes às classes sociais mais altas da sociedade (COSTA, 2005).

Entre final dos anos 60 e meados dos 70, as mulheres de segmentos feministas urbanos brasileiros estiveram envolvidas em diversas práticas reivindicativas como ressalta Giuliani (2000)

Participam, em 1968, do Movimento Nacional contra a Carestia; em 1970, do Movimento de Luta por Creches; em 1974, do Movimento Brasileiro pela Anistia; e, em 1975, criam os Grupos Feministas e os Centros de Mulheres. Nas atividades desses grupos são constantemente avaliados e revisados os papéis sociais das mulheres – mãe, esposa, dona de casa –, mesmo que a reflexão sobre o trabalho e a discriminação no mercado de emprego não esteja sempre presente. Deve ser reconhecida sua importante contribuição no processo de redemocratização, através de suas reivindicações para que sejam mudados os códigos jurídicos já definitivamente superados e sejam promulgadas leis mais coerentes com a efetiva atuação econômica e social da mulher; através da crítica à política salarial promovida pelo Estado; através da demanda de serviços públicos de apoio à mãe trabalhadora (GIULANI, 2000, p. 649-650).

Contudo, sob autoritarismo e à repressão do regime militar, acentuado pelas consequências do processo de modernização do campo, implicou na incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, o êxodo rural e a ampliação

¹¹ O marxismo é um método de análise socioeconômica sobre as relações de classe e conflito social, inspirado pelos filósofos alemães Karl Marx (Alemanha, 1818 - 1883) e Friedrich Engels (Alemanha, 1820 - 1895).

do sistema educacional **urbano** (COSTA, 2005). É a partir desse momento, que definimos a “ruptura”¹² do que poderíamos chamar de feminismo ocidental e o estandarte de um feminismo rural, levando em consideração a invisibilidade das mulheres rurais frente à luta feminista sufragista e trabalhadora urbana até o momento. Esta divergência relaciona-se com as especificidades de ambas lutas frente às distintas realidades e formas de opressões patriarcais vividas pelas mulheres nos distintos contextos territoriais, do rural e do urbano.

2.2 MULHERES RURAIS E OS MOVIMENTOS MISTOS

Até a década de 50, os aglomerados brasileiros de trabalhadores do espaço rural não continham denominação única ou organização unificada, somente após essa época, importado da Europa, a expressão “camponês” chega ao Brasil por intermédio de partidos de esquerda (ALVES, 2010, p.29). Nesse contexto, ainda na década de 50, esboçaram-se as primeiras formas de associação com as ligas camponesas e os sindicatos rurais com objetivos de oferecer aos sócios assistência social e jurídica, contrapondo às precárias práticas trabalhistas encontradas no campo, e o fortalecimento da luta pela reforma agrária. Assim, em 1954 nasce as Ligas Camponesas¹³ no estado de Pernambuco, expandindo-se rapidamente entre os estados do Nordeste do Brasil, orientadas à luta pela reforma agrária, contra condições desprivilegiadas e no aumento abusivo do foro cobrado pelos grandes fazendeiros pela concessão de terra para o plantio, este indispensável para o sustento da família dos(as) trabalhadores(as) rurais na época (CRUZ, 2010).

Apesar da criação das Ligas Camponesas, foi apenas em 1963 que a população rural masculina, que desempenhava funções agrícolas, tiveram seu reconhecimento como trabalhadores rurais com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, o qual garantia direitos básicos, como o salário-mínimo, férias remuneradas e registro na carteira de trabalho. Porém, apesar da burguesia industrial se fortalecer, a velha oligarquia agrária mantinha forte presença no Congresso Nacional, assegurando privilégios e absoluto controle sobre a

¹² A expressão ruptura é colocada entre aspas para simbolizar uma quebra no diálogo entre o feminismo ocidental, até então difundido, com as mulheres rurais e o espaço rural.

¹³ Organização de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), representando um dos movimentos mais importantes na luta por reforma agrária e melhoria das condições de vida da população rural brasileira.

propriedade de terra, barrando a concretização e extensão dos direitos sociais e trabalhistas aos trabalhadores rurais, direitos estes já conquistados na época pelos(as) trabalhadores(as) urbanos(as) (CRUZ, 2013).

A principal liderança e fundador da Liga dos Camponeses no município de Sapé na Paraíba, com maior número de associados na época (cerca de 10 mil), foi João Pedro Teixeira¹⁴. Expandindo-se principalmente no início dos anos 60, o movimento exerceu forte influência sobre todo o estado e conseqüentemente foi alvo de perseguição por latifundiários armados, sendo muitos trabalhadores perseguidos e assassinados, entre eles o próprio João Pedro Teixeira em 1962 (ALVES, 2010). Com essa perda Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro Teixeira, assumiu a liderança da luta com os(as) trabalhadores(as) rurais, sinal máximo de presença e organização das mulheres frente a esses movimentos de resistência, sendo ela até hoje, como ressalta Lindalva ALVES (2010 p. 31), “um símbolo vivo da força da mulher rural na luta pela reforma agrária”.

Nesse momento a mediação da Igreja Católica foi fundamental na consolidação da organização dos trabalhadores rurais centrada em dois aspectos. O primeiro relaciona-se com a situação em que viviam os trabalhadores do campo, e o segundo, ao avanço do comunismo¹⁵, visto de forma negativa pela igreja. Através da estrutura organizacional que dispunha a Igreja Católica, que se envolveu na organização sindical em todo território brasileiro, orientando-se na criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores(as) e da reforma agrária baseada na propriedade familiar (CRUZ, 2013). Conforme a autora salienta, esse período foi definido como rico no ponto de vista organizacional dos trabalhadores, entretanto, preocupante na questão de fragmentação e na necessidade de unificação na condução das lutas.

Oriundo das demandas e organização das(os) trabalhadoras(es), conformando o órgão de maior representação dos trabalhadores(as) rurais do Brasil, em janeiro de 1964 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com dois importantes compromissos. O primeiro destinado a

¹⁴ João Pedro Teixeira (Brasil, 1918-1962) líder-fundador da primeira liga camponesa do estado da Paraíba, assassinado por policiais pagos por um grupo de latifundiários. Casado com Elizabeth Altino Teixeira, com quem teve 11 filhos.

¹⁵ Comunismo é uma ideologia política e socioeconômica que promove o estabelecimento de uma sociedade igualitária, sem distinção de classes sociais e apátrida, baseada na propriedade comum dos meios de produção. Principal mentor é o filósofo Karl Marx.

lutar pelo reforço e pela ampliação dos sindicatos, e o segundo, pelo fortalecimento da unidade do movimento. Através deste órgão, o reconhecimento, a luta pela cidadania plena e a afirmação da identidade política construiu um movimento não apenas identitário, mas constituído por um conjunto de lutas identificadas pelas(os) trabalhadoras(es) rurais, passando estas(es) a serem atrizes(ores) questionadoras(es) de formas vigentes de exercício do poder, o qual era e ainda é atualmente representado como símbolo maior, o latifúndio (ALVES, 2010, p.36).

Conforme ressalta Lindalva ALVES CRUZ (2010)

A ausência e a incapacidade do Estado de formular e propor políticas públicas para o campo, agregadas aos conflitos e a outros fatores históricos de movimentação política, foram usadas para justificar o golpe militar em 1964. [...] “a agitação camponesa foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio da propriedade, buscar apoio para seu projeto” (ALVES, 2010, p. 36).

Com a ascensão do governo militar ao poder, através do golpe realizado durante os meses de março e abril de 1964 contra o Presidente democraticamente eleito João Goulart, tempo de governo 1961-1964, os movimentos sociais foram fortemente reprimidos, principalmente os movimentos do campo. Esses movimentos tiveram líderes e pessoas influentes perseguidas, exiladas e até mortas, contudo, foram amparados pelos setores da Igreja Católica com aspirações na Teologia da Libertação. No mesmo ano do golpe, o governo militar promulgou o Estatuto da Terra, documento que continham duas metas principais, a execução da reforma agrária e a modernização da agricultura, e como menciona ALVES (2010, p. 36/37) em sua tese “[...] quase cinco décadas depois, pode-se constatar que ainda não se contemplou a contento a primeira meta, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, sobretudo quanto ao desenvolvimento capitalista da agricultura.”

A partir desse momento, entre o final da década de 60 e início de 70, os conflitos entre latifundiários e agricultores familiares intensificaram-se com a não consolidação da reforma agrária na estrutura fundiária como prometia o documento Estatuto da Terra. Diante disso, os movimentos sociais do campo e da cidade aos poucos se organizaram através de instituições da Igreja Católica, como a

Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁶ por todo território nacional, colocando em crise o governo militar e realizando encontros importantes para a organização dos movimentos em uma possível central sindical única dos trabalhadores.

Foram combinando fatores como, o retorno dos exilados(as) políticos, o fim do bipartidarismo, a liberdade de imprensa, a explosão de greves na cidade e no campo e o movimento mais importante das unificações das lutas representado pelo movimento Diretas Já¹⁷, que culminaram na abertura gradual para a democracia já na metade da década de 80. Essa caminhada de forma transitória junto a negociações foram representadas pela eleição indireta do presidente Tancredo Neves em 1985, contudo, devido a problemas de saúde o mesmo não tomou posse, entrando em óbito em abril do mesmo ano, assumindo seu vice José Sarney, que governou entre os anos de 1985 a 1990 (ALVES, 2010).

Com a abertura democrática, além da organização pela sindicalização, emergiram os chamados novos movimentos sociais¹⁸, com a ressignificação dos direitos civis e a introdução do termo “politicamente correto” (GOHN, 2007), diante as opressões anteriormente não discutidas pelos governos em ascensão e outras oriundas das decisões tomadas a partir do estilo progressista do governo militar que durou mais de duas décadas no poder no Brasil. Um dos casos mais emblemáticos foram, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹⁹, originário de populações de territórios atingidos por inundações ou grandes construções, como reservatórios para hidrelétricas por toda região Norte e Sul do país, sendo que muitas dessas pessoas não foram ressarcidas e nem realocadas para novas localidades. Outro exemplo relaciona-se com a luta das populações originárias, populações indígenas excluídas das decisões tomadas referente ao seu próprio território, ocupado historicamente por essas populações, desapropriando

¹⁶ Órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nascido em 1975, durante o Encontro de pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO).

¹⁷ Movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984.

¹⁸ Novos movimentos sociais: Movimento negro, movimento ecológico, movimento de lésbicas, gays, travestis, entre outras identidades, movimento de minorias nacionalistas, movimento de direito aos animais, etc (GOHN, 2007).

¹⁹ O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), teve início ainda no final da década de 70, durante a ditadura militar, período em que ocorreu a retirada forçada de direitos civis e a instalação de grandes empresas eletro intensivas. Imediatamente iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país, o qual o Estado brasileiro foi o grande financiador da construção das hidrelétricas. Ocorrendo a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir, muitas foram para as favelas das cidades ou engrossaram as fileiras de sem-terra (www.mabnacional.org.br).

comunidades inteiras, e realocando-as em outros territórios com nenhuma ou outras atividades extrativistas distintas das que anteriormente desenvolviam. Contudo, o movimento mais simbólico e de maior representatividade em território brasileiro é representado por pequenos(as) agricultores(as) familiares, que diante à modernização da agricultura e apropriação de grandes extensões de terras para empresas agrícolas nacionais e internacionais, ações essas apoiadas por políticas públicas, foram expulsos(as) ou obrigados a abandonar seus territórios. Culminando primeiramente no Sul do país e posteriormente em todo território nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁰, historicamente reconhecido como o movimento social mais importante na luta por terra e pela reforma agrária no Brasil.

Muitas mulheres oriundas tanto dos movimentos acima citados, como o MAB, MST e outros movimentos de menores expressões e/ou sindicatos rurais, originaram os movimento das trabalhadoras rurais, agricultoras e/ou camponesas, em período paralelo nas regiões Sul e Nordeste do país, com reivindicações das mulheres do campo diante as opressões patriarcais, impedimentos de sindicalização, a falta de reconhecimento como categoria de agricultora familiar, camponesa e/ou trabalhadora rural, o impedimento a aposentadoria, entre outros direitos que não eram efetivados às mulheres rurais (CRUZ, 2010).

Todos os movimentos mencionados e outros de menor expressão foram protagonistas na construção pela democracia durante toda a década de 80 em todo território nacional, culminando na elaboração com participação social e com uma equipe governamental formada por diversos intelectuais de diversos vieses políticos, da Constituição Federal Cidadã de 1988²¹, esta referência primordial na

²⁰ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou, em 1984, o I Congresso Nacional na cidade de Cascavel no Paraná, contudo, salientam em seu site, que são herdeiros do movimento indígena liderado por Sepé Tiarajú no Rio Grande do Sul, da comunidade Guarani com o movimento de Terras Sem Males, da resistência coletiva dos quilombos e a experiência das Ligas Camponesas (www.mst.org.br). Vale ressaltar a trajetória ímpar da discussão de gênero no MST, recomenda-se (SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. O MST e a luta pela terra: como/onde estão as mulheres? Congresso Brasileiro de Sociologia, 18. GT de Trabalho: 21 – Movimentos sociais rurais e Estado: conflitos territoriais e lutas por direitos e reconhecimento. Brasília – DF, 2017.

²¹ Sétima Constituição do país e a sexta de sua república, bem como a última a consolidar a transição de um regime autoritário (Ditadura Militar, 1964-85) para um democrático (Nova República, 1985-atual). Foi elaborada por uma Assembleia Constituinte de 559 parlamentares de diversos vieses partidários, foi através da Constituição que foram restabelecidos a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas como instituiu uma vastidão de preceitos progressistas, como a igualdade de

igualdade de direitos em toda a América Latina. No que diz respeito às mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras familiares e/ou camponesas foram garantidos os direitos básicos, como o reconhecimento profissional, a sindicalização, a aposentadoria, a ampliação da licença maternidade e instituição da licença paternidade, é instituída a reciprocidade no casamento e a igualdade entre mulher e homem, é dado às mulheres do campo o direito de registrar no seu nome os títulos de propriedade da terra, etc. (PAULILO, 2000; GIULANI, 2000), direitos esses já conquistados há tempos pelas mulheres trabalhadoras urbanas.

No entanto, os movimentos sociais mistos não tinham como foco central a luta feminista ou a equidade de gênero, e as mulheres rurais eram e são até hoje invisibilizadas por sua condição conjugal ou paterna dentro desses movimentos sociais mistos, pois a maioria das mulheres é considerada apenas esposas ou filhas, sendo os homens considerados os sujeitos políticos, com poder e representatividade no movimento e as mulheres consideradas apenas parte da família.

2.3 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES RURAIS

As mulheres rurais historicamente fizeram parte de diversos movimentos sociais rurais brasileiros, estes direcionados por homens e, maioritariamente, para questões masculinas, com intenções na conquista pela terra, sindicalização e a reforma agrária, lutas essas que também interessavam às mulheres rurais. Entretanto, à elas sobrecarregam historicamente papéis coadjuvantes, tanto na participação, quanto nas tomadas de decisões, as mulheres rurais não eram reconhecidas nos espaços de reivindicação e também, não eram beneficiadas diretamente pelas conquistas, por serem consideradas esposas e/ou filhas de agricultores familiares, camponeses e/ou trabalhadores rurais, faltava o reconhecimento como categoria trabalhadora, onde as próprias mulheres rurais eram consideradas trabalhadoras rurais, agricultoras familiares e/ou camponesas. A sindicalização e associação foi uma das primeiras demandas que as mulheres rurais reivindicaram, sendo que, em muitos sindicatos e associações as mulheres eram impedidas de associar-se, pois seus maridos ou pais eram os associados, e estes

representavam e tomavam as decisões por toda família, inclusive sobre as mulheres (PAULILO, 2000).

Somente na década de 80, surgem os primeiros movimentos sociais exclusivos para a luta das mulheres rurais, como mencionado anteriormente, alguns denominados de mulheres trabalhadoras rurais, outros como agricultoras familiares, outros camponesas, contudo, ambos os movimentos foram alavancados principalmente pelas alas mais progressistas da Igreja Católica, estas voltadas à Teologia da Libertação. Sendo esse espaço religioso propício a perspectiva de participação das mulheres, pois trata-se de um ambiente público o qual elas sempre participaram e continham espaço de fala para levantar suas reivindicações, proporcionando debates frente a demandas das próprias mulheres. No entanto, com o decorrer do tempo, as fortes implicações patriarcais e a visão restrita da igreja em relação ao comportamento sexual e da contracepção, as mulheres rurais começaram a não identificar-se mais com essas condições e alguns movimentos de mulheres apoiam-se frente a partidos políticos com viés mais democráticos, e outros tomam caráter autônomo e independente (PAULILO, 2000).

Entre as bandeiras de luta, estavam sempre presentes intersecções com as dimensões de gênero, classe e raça, entre eles o cuidado com a saúde da mulher, a integração individual em sindicatos e associações, o reconhecimento como camponesas, trabalhadoras rurais e/ou agricultoras familiares, assim como o direito à assistência em caso de acidente no ambiente de trabalho, aposentadoria, salário-maternidade e pensão viuvez. Direitos esses, teoricamente conquistados com a instituição da Constituição de 1988, mas que, na prática exercer esses direitos continham algumas ineficiências de aplicação, dependendo muitas vezes da apresentação de documentação pessoal, como identidade e carteira de trabalho, os quais muitas mulheres não continham, ou dependiam de forças políticas locais, como a criação de políticas públicas, campanhas de documentação, acesso a instituições públicas, etc., fatos que dificultavam o acesso a direitos básicos pelas mulheres rurais.

As mais importantes precursoras do protagonismo feminino rural nos anos 80 foram Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide, lideranças importantes na luta sindical, as quais se firmaram, após a morte de seus maridos, também representantes sindicais conhecidos no Nordeste do Brasil. Os discursos feitos pelas líderes sindicais na época eram de que, formam-se uma consciência da

igualdade entre homens e mulheres alimentada pela luta contra as desigualdades de classe, anteriormente as distinções sociais de gêneros (CARNEIRO, 2004).

Entre as citadas, Margarida Alves é lembrada todo dia 12 de agosto em seu aniversário de morte, quando foi assassinada em 1983 por um matador de aluguel contratado por latifundiários no estado do Paraíba (AGUIAR, 2016), a notícia teve repercussão nacional e internacional, mas o caso foi arquivado por falta de provas. As outras representantes, após ameaças de morte a elas e suas famílias, tanto Elizabeth quanto Maria Oneide estiveram silenciadas por anos, mas seguem em ativismo até hoje, sendo representantes vivas da luta das mulheres rurais brasileiras, e principalmente, nordestinas.

Somente através de movimentações de amplitudes mundiais, a partir de 1975, mesmo ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU)²² decreta como o Ano Internacional da Mulher, realiza-se a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres na Cidade do México, estendendo-se posteriormente à Década da Mulher (1975-1985), que foram possíveis realizar encontros brasileiros entre as mulheres a frente governos militares no poder no cenário brasileiro (LAGE, et. al, 2012).

Os primeiros indícios de um movimento de mulheres rurais, unificado e com amplitude nacional, constitui-se através do encontro realizado, em 1986, em Barueri, no estado de São Paulo, onde se reuniram 36 representantes de movimentos sociais de mulheres rurais de 16 estados brasileiros. Nesse espaço foram realizadas trocas de experiências entre as mulheres presentes, no que diz respeito às dificuldades de participação nos sindicatos, na política partidária e a falta de recursos para as atividades (CRUZ, 2013). Os encontros nacionais desse momento representavam o compartilhamento, e automaticamente, a troca de experiências sobre as dificuldades enfrentadas por essas mulheres e suas companheiras de luta, nas distintas realidades rurais das mais variadas regiões brasileiras e a mobilização para a mudança da realidade.

Nesse encontro foram definidas as prioridades de linhas de ação da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), entre as linhas

²² Organização intergovernamental, estabelecida em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial, com a intenção de impedir outro conflito como aquele, nessa altura, possuía 51 estados-membros; hoje são 193. Os seus objetivos incluem manter a segurança e a paz mundial, promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento econômico e no progresso social, proteger o meio ambiente e prover ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados. (www.onu.org.br/).

destacam-se a formação políticas das mulheres rurais; a divulgação do movimento pelos estados; a organização de novos grupos de mulheres; a articulação de assinaturas para a proposta de inserção das pautas das mulheres rurais na elaboração da nova Constituição, entre outros (ANMTR, 2000). Além disso, foram estabelecidos os princípios da ANMTR de fortalecer a luta pela transformação da sociedade, descobrir-se e valorizar-se como mulher e trabalhadora rural, construir espaços de participação das mulheres e por fim apresentar-se como um movimento autônomo de mulheres rurais da classe trabalhadora (ANMTR, 2000).

No mesmo ano houve intensa mobilização para a coleta e entrega de assinaturas para a elaboração da nova Constituição, conseqüentemente, reforça a organização das trabalhadoras rurais nos Estados. No ano seguinte, foi organizado Caravanas das Mulheres Trabalhadoras Rurais à Brasília para entrega de abaixo-assinado, com as propostas de inclusão dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais à nova Constituição em elaboração (ALMEIDA CRUZ, 2013).

Com a consolidação dessa articulação, as mulheres decidiram seguir com os encontros e organização nacional, realizando no ano de 1988 o II Encontro Nacional, novamente na cidade de Barueri, no estado de São Paulo. Com a instituição da Coordenação Nacional do Movimento das Trabalhadoras Rurais, com 3 representantes de cada região, facilita-se a partir desse momento a organização e mobilização das ações das trabalhadoras rurais na luta por direitos da cidadania em todo país. Essa mobilização resulta na participação das mulheres rurais na elaboração da Constituição de 1988, o qual garante direitos previdenciários à homens e mulheres do campo, como a aposentadoria aos 55 anos para as, e para os homens 60 anos, além do salário-maternidade para elas (ALVES, 2010).

O cenário de articulação nacional dos movimentos de mulheres rurais no final dos anos 80 refletia o que se passava desde a década de 70 nas diferentes regiões brasileiras. Com maior articulação no Nordeste de grupos como a Ação Mulher, em 1978, no Recife; o grupo Maria Mulher, em João Pessoa, em 1979; a Casa da Mulher do Nordeste, em 1980; o SOS Corpo, também em 1980, em Recife; e o Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí (CMTR-PI), em 1988 (ALVES, 2010). No Maranhão, na década de 80, a constituição da Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, que posteriormente, em 1995, passa a se chamar Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

(MEDEIROS; NEVES, 2013). Os movimentos assemelhavam-se na região Sul, com o surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em 1981, em Chapecó, Santa Catarina. Que posteriormente, em 2004, numa amplitude mais nacional, passa-se a chamar Movimento de Mulheres Camponesas²³ (MMC), por questões identitárias e passa a atuar em conjunto com a Via Campesina Internacional²⁴. Assim como, o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, em 1983, que posteriormente unifica-se com o MMC (ALVES, 2010). Nas demais regiões brasileiras também ocorreram diversos movimentos autônomos de mulheres rurais, com distintos níveis organizacionais, como exemplo a presença do MMC no Acre desde os anos 80. Contudo, foca-se neste trabalho principalmente nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, por sediarem as primeiras mobilizações de mulheres rurais, e não por configurarem uma polarização desses movimentos.

Articulados em âmbito nacional e regional, a articulação de mulheres rurais organizaram-se sob a direção de duas grandes coordenações, a primeira, já mencionado Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que se constitui por mulheres trabalhadoras rurais de todas as regiões do Brasil, e a segunda o denominado Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste²⁵ (MMTR – NE) com caráter mais regional concentrando-se na região Nordeste. O MMTR-NE foi criado a partir das reflexões e o intercâmbio entre dois grupos de mulheres: o MMTR do Sertão Central Pernambucano e o MMTR do Brejo da Paraíba, e reúne grupos dos 9 estados nordestinos.

Uma especificidade do MMTR-NE foi a resistência no processo de desvinculação do movimento sindical, o qual considera esse um importante instrumento político para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, e desde sua criação, constitui fortes ligações com a Federação dos Trabalhadores Rurais

²³ O termo camponesa inclui pequena agricultora, pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas.

²⁴ Organização internacional de camponeses, criado em 1993 na Bélgica, composta inicialmente por 55 organizações camponesas de 36 países (VIEIRA, 2008). Atualmente é composto por mais de 164 movimentos sociais e organizações locais e nacionais de 73 países, agrupa milhares de camponeses e camponesas na defesa de uma agricultura sustentável em pequena escala, como modo de promover a justiça social e a dignidade, se opondo firmemente ao agronegócio (www.viacampesina.org).

²⁵ O MMTR-NE foi criado em 1986, a partir de reflexões e do intercâmbio de trabalhadoras rurais dos estados de Pernambuco e Paraíba, com o intuito de superar as dificuldades na relação de gênero que as mulheres rurais enfrentam. (<http://www.mmtrne.org.br/>).

Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pernambuco²⁶ (FETAPE). Em contrapartida, o MMC se considera sua própria expressão política e independente de sindicatos e partidos políticos, destinada única e exclusivamente às lutas das mulheres camponesas (CRUZ, 2013). Contudo, devemos considerar o histórico local de surgimento de cada movimento, ter consciência que são dois movimentos diferentes e nunca generalizar. No Nordeste brasileiro, como ressaltado anteriormente, a atuação e histórico de luta dos movimentos sindicais são pioneiros, mas não predominantes, e na região Sul, as associações e cooperativas são possuem presença maciça, mas a atuação do sindicalismo também é vista nos movimentos sociais de origem sulista.

Desde a origem da ANMTR, ainda na década de 80, em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores²⁷ (CUT), instituiu-se a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural, ligada ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais. Com uma maior visibilidade, principalmente nos anos 90, teve maior incidência a discussão sobre classe e gênero como tema nos movimentos sindicais rurais, inclusive os urbanos, e resulta numa série de espaços para discussão das demandas dos movimentos de mulheres rurais. Como exemplo, em 1992 ocorreu o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT, realizado em São Paulo, e também no mesmo ano, a instituição da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG. A partir desse momento, a discussão de gênero foi incluída na agenda do movimento sindical rural, estes incorporando nas nomenclaturas dos sindicatos a expressão trabalhadores e trabalhadoras rurais (SILVA, 2008; *apud* CRUZ, 2010).

Outra ação realizada em conjunto refere-se a campanha de valorização da categoria profissional Trabalhadora Rural na realização do Censo Demográfico de 1991, como resalta Giulani (2000)

²⁶ A FETAPE é uma entidade sindical, que representa e coordena os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco. Foi fundada em 6 de junho de 1962, a Federação foi reconhecida em 17 de outubro do mesmo ano. Hoje, é constituída por 179 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais das três regiões do estado (www.fetape.org.br).

²⁷ A CUT é uma entidade de representação sindical brasileira, foi fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). A CUT é a maior central sindical brasileira, com 3.438 entidades filiadas, 7.464.846 sócios e 22.034.145 de trabalhadores e trabalhadoras (<https://cut.org.br/>).

[...] por ocasião do Censo Demográfico de 1991, promovem a campanha: Trabalhadora Rural Declare Sua Profissão. O slogan incentiva as mulheres de produtores rurais familiares a não se declararem aos entrevistadores do IBGE como dona de casa, mas como trabalhadora rural. A mobilização é resultado da compreensão de que as estatísticas nacionais sempre têm subestimado a participação ativa das mulheres, produzindo uma visão simplificada, quando não errônea, de todas as atividades por elas desempenhadas no lar e fora dele. Seu objetivo explícito é corrigir os critérios da contabilidade nacional no sentido de adequá-los à identidade emergente das mulheres trabalhadoras rurais. De fato, elas não se reconhecem mais no estatuto de dona de casa que ajuda temporariamente os homens na agricultura; elas se consideram agricultoras, profissionalmente ativas, corresponsáveis nas decisões e na gestão das atividades produtivas (GIULANI, 2000, p. 657).

Foram inúmeras as conquistas das mulheres rurais através da mobilização da ANMTR, mesmo que estabelecidos em dois grandes segmentos regionais, a aposentadoria para as trabalhadoras rurais aos 55 anos, assim como, a documentação e o salário-maternidade (ALVES, 2010).

Entretanto, como relata Bordalo (2011, p. 111), “desde o início da década de 1990 a proposta de uma única articulação sequer aparece na pauta dos movimentos [...]” das mulheres rurais, e ainda mais, a partir de 1995, o autor destaca que o MMTR-NE deixa claro em seus documentos e relatórios a oposição ao MMC. Evidenciando o desmantelamento da articulação ainda no início dos anos 2000, como ressalta Aguiar (2016) uma bifurcação pelos movimentos articulados regionalmente, de modo que, nos Estados do Nordeste a participação e qualificação das mulheres estejam mais atreladas ao sindicalismo e representadas pela MMTR-NE, e, no entanto, ao Sul do país, foi tomado o caminho do fortalecimento político do próprio movimento como representante legítimo das mulheres rurais, representados pelo MMC.

Nesse sentido, o MMTR-NE enfatiza que é no sindicalismo rural que sua ação política é dotada de sentido e constitui a representação legítima das trabalhadoras rurais, partindo de um campo de relações que não compartilha posições políticas com outros movimentos. Sendo assim, é compreensível a realização conjunta de evento como o Dia Internacional da Mulher e a Marcha das Margaridas²⁸ pelo MMTR-NE e a CONTAG, e a ausência dos movimentos MMC, MST e a Via Campesina Internacional (BORDALO, 2011).

²⁸ Manifestação realizada desde 2000 por mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil. A ação é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e acontece em Brasília, sempre no dia 12 de agosto. A data escolhida lembra a morte da trabalhadora rural e líder

Vale ressaltar que na medida em que o MMTR-NE se volta para a atuação sindical, ao longo da sua caminhada, a atuação das mulheres acabam por alterar o modo de inserção delas nos sindicatos em todo Nordeste, fortalecendo a criação de espaços políticos para as mulheres rurais dentro de espaços historicamente negados à elas, e ao mesmo tempo, contribuem para a democratização e equidade da luta sindical (BORDALO, 2011).

Já no contexto do MMC, foi através da presença e participação das mulheres, em um universo estritamente masculino, como a luta sindical e partidária, onde se intensificaram as tensões entre os gêneros. Com isso, percebeu-se com auxílio fundamental da Igreja, conotada por uma visão mais religiosa, a condição marginalizada em que as mulheres rurais eram atribuídas nas organizações políticas e sociais, assim como, a dominação sofrida no ambiente público, nas comunidades, e no ambiente privado, nas suas próprias casas. Por isso, o MMC procura se identificar como movimento autônomo de mulheres, defendendo que “somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe de trabalhadores e trabalhadoras”, e seu grande objetivo é a busca da quebra de paradigmas assentada na oposição ao patriarcalismo (MMC, 20__).

Através deste item buscou-se apresentar a consolidação de uma articulação entre os movimentos sociais destinados estritamente às mulheres rurais, sendo possível perceber a estruturação de uma organização, senão nacional, pelo menos regional, de juntar bandeiras de luta e reivindicações pelos direitos das mulheres, como foi no caso a elaboração da Constituição de 1988, e posteriormente, na sua efetividade na prática, com campanhas intensas de documentação das mulheres rurais e direito previdenciários durante toda década de 90.

3 MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DAS RURALIDADES

Neste capítulo faz-se necessário a contextualização da realidade das mulheres rurais sob a influência das mudanças ocorridas no espaço rural desde a década de 70 com a introdução da modernização na agricultura, como o pacote tecnológico fixa-se no cenário brasileiro e quais projetos e prerrogativas utilizadas para sua legitimação. A partir da introdução do capital industrial e internacional no ambiente agrícola foram inúmeras as mudanças no universo rural, tanto para homens, mulheres, jovens e crianças, muitos(as) desses atingidos pelo êxodo rural e conseqüentemente pela desruralização, outros(as) ainda resistem no rural com marcas da masculinização da agricultura, com a desvalorização do trabalho feminino, a invisibilidade da participação política feminina, entre outros fatos ressaltados neste mesmo capítulo. Também são apresentadas algumas hipóteses sobre as diversas realidades de opressão, mas principalmente patriarcal, vividas pelas mulheres rurais e suas famílias que habitam e compõem o universo rural brasileiro, como essas desigualdades contrastam na reprodução social dessas famílias rurais com a sobrecarga e a invisibilidade do trabalho feminino e desvalorização da capacidade intelectual das mulheres.

Por fim, abordaremos a militância das mulheres rurais referente às formas de opressões reproduzidas dentro das próprias famílias e por instituições, e como as representações, como os movimentos sociais mistos e específicos e sindicatos rurais, apoiam e valorizam o trabalho das mulheres. Outro ponto em destaque é a abordagem dos movimentos sociais específicos de mulheres rurais anteriormente à introdução da noção dos termos como feminismo, opressão patriarcal, empoderamento, e outros termos utilizados nas pesquisas de gênero, para uma abordagem mais intimista e sem utilização de metodologias científicas para uma maior e melhor aproximação entre as mulheres participantes, sem deixar de discutir sobre a libertação da responsabilidade incubidas às mulheres pela reprodução da tradição patriarcal dentro das famílias rurais.

3.1 REVOLUÇÃO VERDE E AS MULHERES RURAIS

Para melhor compreendermos o cenário do setor rural brasileiro a partir da década de 60, com a introdução da chamada “Revolução Verde”, e posteriormente, seus efeitos sobre a população brasileira, principalmente sobre as mulheres rurais e urbanas, faz-se necessário um recorrido mais amplo e mundial até o início ao período da Guerra Fria.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial²⁹, sobraram muitos os instrumentos de guerras no país norte-americano, como armas químicas e maquinaria. As indústrias químicas continuaram com os mesmos níveis de produção que no período da guerra e incentivaram o uso de agrotóxicos: como herbicida, fungicida, inseticida e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar as chamadas “pragas”³⁰. Também foram construídos maquinários pesado, como: tratores e colhedoras, para serem utilizadas em distintas etapas da produção agrícola. Essas eram apresentadas como as bases tecnológicas, porém, ainda faltavam mudanças em aspectos sociais, políticos e econômicos para a instituição de fato da modernização da agricultura. Com o começo da Guerra Fria, na metade da década de 40, adentramos em um período de tensão com a bipolaridade entre a União Soviética socialista e os EUA, em que o restante dos países mundiais deveria apoiar ou uma ou outra superpotência. Nesse cenário geopolítico, os EUA utilizaram-se da chamada “Revolução Verde” como proposta de solução para exterminar a fome mundial (ANDRADES; GANIMI, 2007).

A fome é considerada um fenômeno contemporâneo, as primeiras publicações sobre o dilema foram feitas pelo brasileiro Josué de Castro³¹, com o livro *Geografia da Fome*, publicado no final dos anos 40. Nele o autor aborda a temática considerada tabu, todavia, o mesmo mapeou a concentração de fome no Brasil, desmentindo mitos de que a fome decorria de influências climáticas ou pela improdutividade da população que preferia o ócio (CASTRO, 1992). Era fato que o

²⁹ Conflito militar global que durou de 1939 até 1945, envolveu a maioria das nações do mundo, inclusive todas as grandes potências. Organizadas em duas alianças militares opostas, os aliados, liderado pelos EUA, e o eixo, liderado pela Alemanha e Japão.

³⁰ O termo “pragas” refere-se ao surto de determinadas espécies nocivas ao desenvolvimento agrícola e causadora de perdas econômicas. Contudo, o termo preferível é plantas ou insetos indicadores de desequilíbrio ou espontâneos.

³¹ Josué de Castro (1908-1973), nordestino, médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, escritor e ativista brasileiro do combate à fome. Foi um importante político em níveis nacional e internacional.

Brasil passava por uma intensa miséria, em conjunto com a crescente demanda dos grandes centros urbanos por alimentos.

Sendo assim, o setor rural brasileiro entre os anos 50 e 60 revelou-se com profundas contradições das exigências industriais da época, entre a produção de subsistência e/ou pequenos agricultores(as), sendo eles os principais responsáveis pela base alimentar brasileira, e entre a agricultura mecanizada, ainda pouco modernizada, destinada à exportação. Foi a partir desse momento que foi gerada a necessidade de adequar as atividades agrícolas com a nova etapa do desenvolvimento brasileiro, através da eliminação do “atraso” no campo, portanto este deveria ser superado pelo “progresso” (ALVES, 2010). Com isso, a demanda pela reforma agrária se origina através de duas formas de pressão ao governo. De um lado, as camponesas(es) e pequenas agricultoras(es) e do outro, os latifundiários aliados ao poder político, com a questão da “agricultura atrasada”, alegando entrave ao desenvolvimento econômico, sendo a questão central a concentração de terra em conjunto com a técnica inovadora (ALVES, 2010).

Basicamente, os dois “modelos” levantados podem ser diferenciados pelo lado econômico *versus* social, contudo ambos são chamados de “questão agrária brasileira”, o primeiro defendido por uma longa gama de economistas e/ou desenvolvimentistas como Caio Prado Jr, Ignácio Rangel, Delfim Neto, Roberto Campos, conseqüentemente mais preocupados com a industrialização do que a questão social, visam soluções à crise agrária no objetivo de delegar funções à agricultura referente ao desenvolvimento econômico. O segundo, compondo uma visão mais integrada e social, defendido por partidos brasileiros mais à esquerda em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB), também pelas alas mais progressistas da Igreja Católica e pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), no Brasil representado pela contribuição do economista Celso Furtado. A Igreja Católica teve papel fundamental na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, e em conjunto com o PCB protagonizaram um embate nas estratégias de organizações de trabalhadores rurais e influenciaram diretamente na conceituação do direito da propriedade fundiária pelo princípio da função social, presente no Estatuto da Terra de 1964 e na Constituição Brasileira de 1988 (DELGADO, 2001).

No entanto, o modelo de agricultura escolhido pelas políticas públicas e programas de colonização de governos autoritários em ascensão no

Brasil e América Latina nos anos 60, fomentava a primeira visão economicista, de promoção e difusão do “pacote tecnológico”, a agricultura de produção em larga escala, a utilização de extensos latifúndios, maquinaria agrícola, agrotóxicos e sua lógica visando a exportação. Desse modo, por se tratar de uma agricultura que necessitava de um maior capital, longas extensões de terra e outras exigências que excluía(m) as(os) pequenos(as), esses subsídios abrangiam uma pequena minoria dos agricultores, sendo esses em suma maiorias pertencentes a um público-alvo, sendo eles, homens, brancos, capitalizados e donos de médios e grandes latifúndios (ABRAMOVAY, 2012). Com isso, o processo de modernização da agricultura acontece por intermédio da união entre indústria e agricultura, acarretando mudanças profundas na estrutura agrária nacional (ANDRADES e GANIMI, 2007), resultando principalmente a exclusão da maioria da população rural, e o importante papel do governo brasileiro no envolvimento na promoção de políticas de subsídio como ressaltam Santos e Silveira (2013)

[...] o Estado como um agente ativo na globalização da agricultura brasileira. [...] em 1966 institucionalizou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural, que oferecia créditos subsidiados e orientados, com assistência técnica obrigatória. Assim, exigia-se um projeto técnico para a concessão do crédito, que impunha a compra de sementes e insumos modernos (SANTOS e SILVEIRA, 2013:118).

E também evidenciamos nas leituras de Ferro (2017)

Paquete tecnológico extremadamente eficiente pero caro, para adquirirlo los Estados Nacionales facilitaron ingentes líneas crediticias: "Neste período o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural funciona como correia de modernização do latifúndio e como correia de transmissão do crédito bancário" (FERRO, 2017:49 *apud* MOREIRA, 2003:125).

Foram ações como estas que estimularam o nascimento de um novo mercado, diante do reconhecimento profissional do empresário rural e a integração externa da economia rural, o *agrobusiness* ou agronegócio, este mercado pela majoritariedade masculina. Frente à isso a educação superior pública e privada estimulou, a partir dos anos 60 e 70, a criação de cursos superiores nas áreas de Ciências Agrárias, como “[..] Ingenierías en Agronomía, Zootecnia, Agrimensura, Forestales etc. como también Veterinaria y otras especialidades afines surgen como una creciente especialización “científica” de la producción agraria” (FERRO, 2017, p.53-54).

Através desse percorrido, torna-se de extrema relevância para este trabalho destacar os efeitos substanciais que a introdução, o fomento e a intensificação do uso do pacote tecnológico na agricultura brasileira ocasionou no espaço rural, refletindo também no espaço urbano, resultando em profundas desigualdades sociais, principalmente para a população jovem e feminina. Essa população que luta até os dias atuais contra a exploração manifestada como ressalta Mendes e Munarini (2007)

[...] por meio do endividamento bancário, dos preços baixos pagos aos produtos agrícolas comercializados pelas(os) camponesas (es), pela falta de política agrícola para a agricultura camponesa, pela assistência técnica que incentiva a “modernização” da agricultura voltada aos agrotóxicos, às sementes híbridas e/ou transgênicas e aos fertilizantes, bem como pela concentração de terra nas mãos de poucos e, na grande maioria das vezes, de quem não produz alimentos. A exploração de que se fala é resultado do modelo capitalista que, para aumentar o lucro do latifúndio, impôs o “pacote de modernização” da agricultura. Assim, intensificou-se o êxodo rural, desenvolveu-se uma cultura de abandono da produção de sementes crioulas e introduziu-se a prática do uso de agrotóxicos, de fertilizantes de síntese química e do plantio de sementes híbridas e/ou transgênicas, além de reafirmar a idéia de que o lugar da mulher é dentro de casa. Nessa lógica, a tarefa da mulher é, principalmente, cozinhar, limpar, servir ao marido e cuidar dos filhos (MENDES; MUNARINI, 2007, p.315-316).

Primeiramente, houve um aumento na produtividade, no entanto, a agricultura modernizou-se no intuito de saciar a importação de matéria prima para países industrializados e para a introdução da reprodução do capital no Brasil, e não para matar a fome como pregava (ANDRADES; GANIMI, 2007). Além do mais, o problema da fome, como ressalta Castro (1992), não se deve à falta de alimentos, mas devido a sua disponibilidade, o acesso físico e monetário, este dependente de recursos financeiros para a aquisição.

No âmbito dos agricultores mecanizados³², para terem acesso aos “pacotes tecnológicos”, houve a necessidade de ampliação do crédito por meio de convênios intergovernamentais para o financiamento das importações de maquinarias e insumos. Tal feito possui peso considerável para a aceitação de muitos produtores a mudarem suas técnicas, todavia, o processo de modernização da agricultura não se restringia apenas a isso, em conjunto se somam variáveis sociais, políticas e econômicas, cuja compreensão de tais efeitos somente era

³² Fala-se nesse caso no gênero masculino, pois o acesso à mecanização da agricultura e pacotes tecnológicos restringia-se a um público, este majoritariamente, masculino, branco e capitalizado.

possível através de uma análise crítica em cima de tais variáveis, as quais não existiam ou não foram ouvidas na época (ANDRADES; GANIMI, 2007).

A outra grande parte de moradores(as) do rural que não foram subsidiados(as) pelas políticas públicas, são elas trabalhadoras(es) rurais, pequenas(os) agricultoras(es), agricultoras(es) familiares, camponesas(es)³³ ou até mesmo algumas agricultoras(es) beneficiadas(os) que endividaram-se devido a perdas na lavoura, ou por intempéries, como chuvas torrenciais, geadas, secas, etc. Essas(es) em suma maioria detentoras(es) de pequenas extensões de terra, ou sem-terra, ficaram à mercê de grandes agricultores e/ou empresários, o quais se interessavam pela compra ou arrendamento de suas terras para aumentar suas produtividades, restando assim a migração para grandes centros urbanos ou outras regiões rurais em busca de terras.

No que se relaciona aos efeitos da “Revolução Verde” no âmbito ambiental, este congrega vários processos de degradação. Apenas o processo de desmatamento em si, ocasionado pela adoção de pacotes tecnológicos, acarreta diversos danos, como a erosão genética, provocado pela seleção das espécies e a proliferação de “pragas”. “Pragas” essas acentuadas pela eliminação de predadores naturais pelo uso de agrotóxicos, estes extremamente venenosos e seu uso sistemático ocasiona a contaminação de solo, água e lençóis freáticos, finalizando com a contaminação de todo o ecossistema. Esses efeitos refletem tanto na vida dos agricultores que optaram por utilizar deste modelo, quanto nas pessoas residentes nas áreas urbanas, pois a partir do momento que uma parcela de agricultores escolhe seguir esse modelo, eles deixam de produzir alimentos para o campo e a cidade, e passam a fornecer *commodities*³⁴.

Os efeitos da “Revolução Verde” sobre a população rural e urbana são inúmeros, por isso, no próximo subitem, faz-se um recorrido em torno do principal efeito sentido por toda população brasileira, o êxodo rural, todavia, sob um olhar voltado às condições das mulheres e dos jovens diante a desruralização.

³³ Inclui-se nesse termo o público marginalizado pelo acesso, às mulheres, solteiras e viúvas, as comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, extrativistas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponesas e camponeses, agricultores e agricultoras familiares, população afrodescendente, enfim, as comunidades historicamente marginalizadas

³⁴ Termo utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária na bolsa de valores, refere-se a produtos com qualidade e característica uniforme, que não agrega valor de acordo com a forma de produção ou origem, sendo seu preço determinado pela oferta e procura internacional.

3.2 ÊXODO RURAL E A QUESTÃO FEMININA

Entre os anos 60 e 70, a população rural brasileira ultrapassou os 41 milhões de habitantes, atingindo seu máximo, correspondendo a 44% do total. Esse fato vincula-se com a ascensão dos governos militares ao poder, os quais contribuíram para a promoção de políticas de colonização e ocupação das regiões fronteiriças do país, ao invés de efetuar a reforma agrária propriamente dita, como visava o Estatuto da Terra. Contudo, o governo militar utilizou-se deste como estratégia militar e política de ocupação de território, incentivando a migração de populações para territórios de expansão agrícola em todos os extremos do país com políticas públicas de incentivo à agricultura convencional (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999; ALVES, 2010).

Com isso, observou-se um fluxo de migração representado principalmente por homens na faixa etária dos 30 a 49 anos, como pode ser visualizado no Gráfico 1, motivados principalmente pelas “oportunidades” frente às políticas de colonização (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999; ALVES, 2010). As mulheres não representam grandes massas de migração, contudo, no Gráfico 2 evidencia-se nesse período um fluxo migratório na faixa etária dos 40 a 49 anos, mas predominantemente, é a população masculina que mais migra nesse período (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999; ALVES, 2010). Todavia, em meados dos anos 70 e início dos anos 80, com a introdução do “pacote tecnológico” no Brasil, segundo ABRAMOVAY e CAMARANO (1999) 40% da população que vivia no rural migrou nesse período, a esse fluxo migratório, que os autores denominam desruralização³⁵, revela-se cada vez mais direcionado a população jovem e feminina.

³⁵ A saída do meio rural nem sempre implica no acesso a condições mínimas para a reprodução social nas cidades, sendo este, não se deve confundir-lo como sinônimo de urbanização (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999). São causas da desruralização a favelização dos grandes centros urbanos.

Gráfico 1

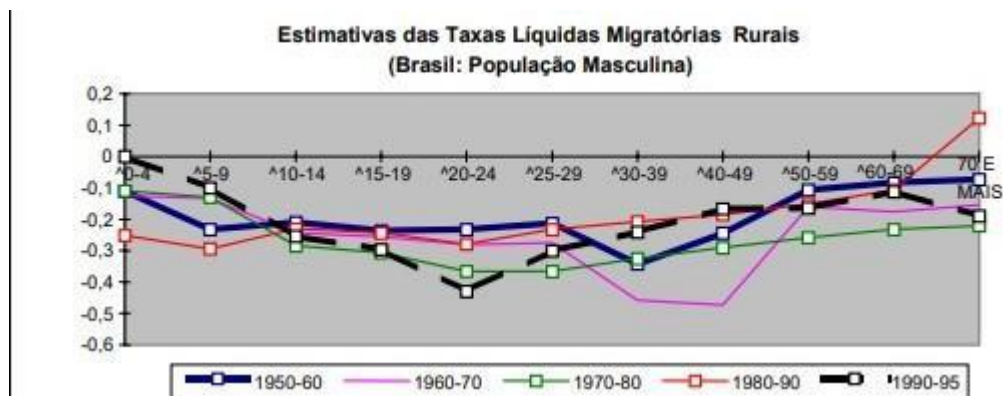
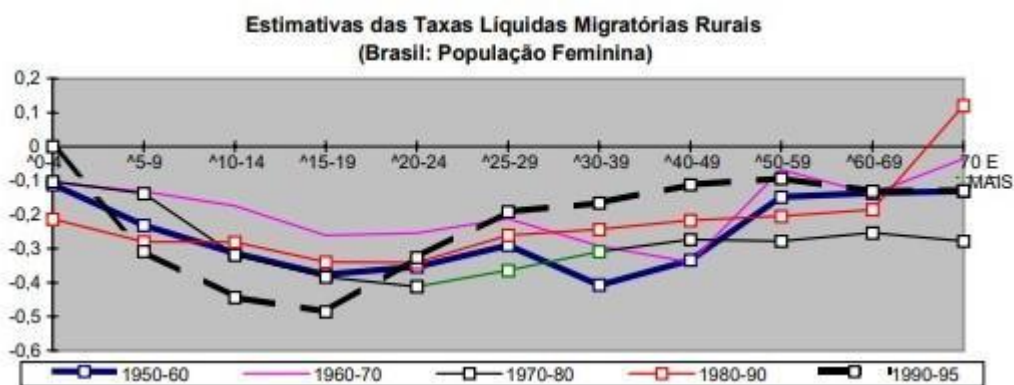


Gráfico 2



De acordo com o Gráfico 2, entre os anos de 1970 a 1980 a população feminina que mais migrava encontrava-se na faixa etária dos 20 a 24 anos, contudo, nos anos 90 alcançou elevadas marcas migracionais, chegando a alcançar a 28% da população rural total, considerando que a grande maioria acontecia entre as jovens rurais na faixa dos 15 a 19 anos. Nesse momento Santos e Silveira (2013) alertam para a queda da participação da população rural no número total da população brasileira, caindo de 68,76% e 54,93% em 1940 e 1960 respectivamente, para 32,30% em 1980 e 21,64% em 1996, e segundo os censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as estatísticas não param de cair, com 18,78% em 2000 e chegando aos 15,64% em 2010.

Com a apresentação desses dados e diante ao fato da população feminina e jovem ter sido a que mais desruralizou-se, posteriormente a introdução da “Revolução Verde” no espaço rural, pergunta-se: Quais os principais motivos que

levaram as moças e/ou mulheres rurais a migrarem? Para isso Abramovay e Camarano (1999), desenvolveram algumas hipóteses que contém uma visão mais generalizada e abrangente do território brasileiro, contudo, salientam que em cada região o fluxo de migração se deu a partir de diferentes tendências, por isso, são necessárias pesquisas regionalizadas para melhor compreensão destes fatos, mas que a “Revolução Verde” foi sim o fator ou um dos fatores mais importantes para as altas taxas migracionais de jovens e mulheres do espaço rural.

A primeira hipótese os autores apresentam para a migração da população jovem e feminina do rural, refere-se a demanda pela oferta de trabalho no mundo rural. Com a modernização da agricultura, os insumos por mão-de-obra foram minimizados e a utilização de tecnologia maximizados para aumentar a eficiência produtiva, com isso, os trabalhos disponíveis ficaram escassos, a demanda sobre trabalho no campo implicava a especialização para a utilização dos insumos, manuseio da maquinaria agrícola e utilização de agrotóxicos. O desemprego rural atinge tanto a população masculina, quanto a feminina, contudo, a prioridade de contratação dos empregos que ainda ofertavam era exclusivamente destinado ao público masculino, restando à população jovem feminina a procura por emprego na cidade mais próxima ou a migração definitiva para os grandes centros em busca de trabalho e conseqüentemente o acesso à educação. Outro elemento ressaltado por Santos³⁶ (2008, p. 84) indica que “o desnível dos salários entre campo e a cidade alimenta o êxodo”.

Outra hipótese sobre a motivação do êxodo de jovens rurais vincula-se diretamente com a divisão sexual do trabalho, sobrecarregadas com os afazeres domésticos da unidade familiar são invisibilizadas e não almejam horizontes para uma maior valorização de seus trabalhos na dinâmica familiar (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999). Para os autores, as jovens encontram na migração o caminho mais curto para independência econômica que tanto almejam, muitas vezes são encorajadas pelos próprios pais, quando já diminuídas as chances destas tornarem-se agricultoras ou casarem-se com agricultores.

A terceira e última hipótese reflete sobre a tendência não só brasileira mas latino-americana, de que permanece no rural o filho menos “letrado” e

³⁶ Milton Almeida dos Santos (Brasil, 1926-2001), geógrafo e autor de relevância na história brasileira, autor de importantes contribuições sobre a urbanização e globalização nos anos 90.

priorizando o estudo da(s) filha(s) mulher(es), migrando para grandes centros urbanos em busca de educação³⁷. São essas algumas hipóteses, que como mencionado, não podem ser generalizadas ou aplicadas a todas as regiões brasileiras, contudo, vê-se nelas algumas das possibilidades que permeiam a grande desruralização feminina jovem rural para centros urbanos ou também chamada masculinização do campo (ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999).

3.3 REALIDADES FEMININAS NO RURAL

Muitas hipóteses podem ser levantadas, de qualquer forma com as inúmeras realidades vividas num país de tamanho continental, como o caso brasileiro, nenhuma pode ser rechaçada ou definida como menos importante. Por isso, apresenta-se a seguir um apanhado de reproduções sociais nas famílias rurais, que para além de simbolizar relações de gênero desiguais, também contribuem para alavancar o êxodo rural de milhares de jovens e mulheres rurais por todo território brasileiro.

São essas reproduções sociais, seja herdada de geração para geração, ou introduzidas por modelos de relações de gênero desiguais, são na maioria das vezes baseadas em culturas machistas³⁸. Essas ações são representadas desde o nascimento, quando o filho homem nasce recebido com foguetes e festança, entretanto, com o nascimento da filha mulher velas são acesas, reproduções essas perpetuadas até o desmembramento dos filhos e filhas da casa dos pais, quando eles(as) casam-se e/ou migram (CRUZ, 2010). Esse padrão de comportamento da família é claro que comporta variações e exceções considerando a dimensão continental brasileira, contudo, trata-se aqui de alguns aspectos que variam de família para família, mas que, no entanto, faz parte da vida de uma parcela considerável da população residente no universo rural e faz-se necessário

³⁷ Dados da CEPAL mostram que 55% dos jovens e 42% das jovens no rural brasileiro, possuem menos de 4 anos de estudo (DRUSTON, 1997 *apud* ABRAMOVAY; CAMARANO, 1999), constituindo educação como sinônimo de cidade na realidade brasileira.

³⁸ Vale ressaltar que este termo, apesar de popular, é amplamente rechaçado pelas teóricas feministas, recomenda-se o artigo de Maria José de Queiroz (1985), autora e doutora em letras pela UFMG, que se chama *El Hombre-Macho e a Hombria: Variações em torno do conceito do machismo*. Disponível: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/viewFile/133/83>. Último acesso: 02/06/2018.

ressaltá-los neste trabalho para melhor compreensão da realidade feminina e as relações de gênero desiguais existentes no espaço rural.

Entre os principais fatores para a permanência dos filhos e filhas de agricultoras(es) no espaço rural está a sucessão da terra, sendo essa herdada fundamentalmente pelos filhos homens da família (PAULILO, 2004). De modo geral, as filhas mulheres somente herdam uma parcela da terra, se os pais, os patriarcas, possuírem propriedade de terra suficiente para todos os filhos homens. Somente após a divisão entre os homens, se sobrar, destinará a terra para as filhas mulheres. Em alguns casos, mesmo com a “sobra da terra”, as mulheres só receberão uma parcela de terra se elas se casarem com agricultores, com o consentimento dos pais, e estabelecerem relações de pais e filhos entre os pais e os maridos. Com isso, quem herdará a terra serão os homens, no caso, os esposos das filhas mulheres.

Outro fator, diz respeito à relação social estabelecida entre homens e mulheres, considerada para Hirata e Kergoat (2007) como relações sociais de sexo, que segundo as autoras, é de onde se origina a divisão sexual do trabalho, divisão essa modulada histórica e socialmente, reservando às mulheres a esfera reprodutiva, e aos homens, a produtiva. Aplicado à realidade rural, onde os espaços públicos e privados, doméstico e laboral, família e trabalho são os mesmos ou se interagem³⁹, e instintivamente onde refletem os estereótipos de gênero da divisão sexual do trabalho familiar no universo rural, onde as mulheres são “naturalmente”⁴⁰ destinadas a serviços manuais, como crochê, tricô, costura, bordados, etc.; a serviços de cuidado com a saúde; o cultivo de plantas medicinais; a fabricação de produtos de higiene e remédios caseiros; o cuidado com a horta e os animais; cuidado com a casa e as crianças; entre outros, todas atividades consideradas “leves” e de âmbito privado. Entretanto, os homens são “naturalmente” responsáveis por capinar, fazer os canteiros, manuseio de máquinas e trabalhos técnicos, a atuação no sindicato, a gestão e tomada de decisão, o pagamento e compra de insumos, etc., estes considerados serviços “pesados” e de âmbito público e político.

Segundo Paulilo (1987), que apresenta em seu artigo “O Peso do Trabalho Leve”, realizado entre homens e mulheres trabalhadores rurais de vários

³⁹ Refere-se à unidade familiar como unidade de trabalho e produção, onde os distintos ambientes, mesmo que não sejam os mesmos, se mesclam devido sua proximidade.

⁴⁰ Nenhuma pessoa está ileso de ser induzida, pois somos seres sociáveis, por isso a utilização das aspas.

lugares do Brasil. A partir do exemplo da produção de algodão no Nordeste e o plantio de fumo no Sul do país a autora faz a distinção entre o trabalho “pesado” e “leve”, onde o último é destinado às mulheres, que plantam, arrancam as plantas espontâneas dos roçados, adubam, etc.; no entanto o trabalho “pesado” é masculino e destinado aos homens, encarregados de derrubar o mato, preparar os canteiros, realizar a colheita, entre outros. Para esses trabalhos as mulheres ganham metade do que os homens, embora trabalhem o mesmo ou até mais, sendo que se faltam homens nos serviços “pesados” são colocadas mulheres para supri-los, todavia o oposto não ocorre para trabalhos “leves”. Com isso, a autora conclui que o trabalho é “leve” e a remuneração é baixa, não pelas suas características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (PAULILO, 1987).

Sendo assim, não podemos considerar que apenas os trabalhos domésticos sejam destinados e reconhecidos pelas mulheres, a participação na atividade de lavoura e na produção de alimentos são trabalhos produtivos invisibilizados realizados por elas e pelos mais jovens, denominados como “ajuda” no olhar do marido, mas que contribuem para a reprodução social da família, esses trabalhos invisibilizados possibilitam que o trabalho dos homens seja realizado e rentável. Com isso, entende-se necessário o reconhecimento do trabalho atribuído às mulheres igualmente aos homens, e à elas destaca-se a tendência a não utilização de insumos químicos na realização das hortas ou quintais produtivos, pela razão de seu trabalho servir de alimento diretamente a sua própria família, e pela conservação de sementes e mudas, constituindo a preservação e biodiversidade do trabalho feminino (HERRERA, 2016).

As mulheres quando trabalham na lavoura não estão isentas do trabalho doméstico, muitas delas levantam mais cedo que todos os outros membros da família para preparar o café e o almoço, posteriormente, trabalham em conjunto com os companheiros na lavoura, e ainda voltam mais cedo para terminar e servir o almoço. Após a refeição, enquanto os maridos descansam, a estas mulheres está destino o serviço de lavar a louça, para depois acompanhar novamente os maridos nos trabalhos da lavoura. E, quando finalizam o serviço na roça, ainda sobre para as mulheres demais afazeres domésticos, que inclui o cuidado com os(as) filhos(as) e idosos (se estão presentes), sobrecarregando-as em uma jornada dupla de trabalho. Quando exercem a militância, a jornada é então tripla.

Os estereótipos de gênero também são perpetuados no espaço rural, sendo atribuídos diferentes papéis naturalizados de gênero a serem desempenhados por ambos os sexos. Analisamos três afirmações reproduzidas sobre as aptidões “naturais” dos homens que valem a pena serem expostos neste trabalho. Segundo Santos e Antunes (2013, p.42) “os homens são melhores do que as mulheres na matemática e nas ciências”, contudo os autores percebem nessa afirmação a existência de estereótipos de gênero na afirmação da capacidade de ambos os gêneros baseadas em características dadas por comportamentos sociais, influenciando na tomada de decisão entre os/as jovens relativo à formação e educação a seguir, assim como a profissão. Esses estereótipos são mantidos por pessoas que diariamente se relacionam com os/as jovens, os quais são influenciados na tomada de decisões sobre suas futuras aptidões, mesmo quando se considera ter boas capacidades nestas áreas.

A afirmação de que “os homens pertencem ao trabalho e as mulheres pertencem ao lar”, também é observado por Santos e Antunes (2013), no sentido de que os estereótipos de gênero atribuídos à figura masculina referem-se ao público, a sociabilidade e ao entretenimento; no entanto, às mulheres são vinculadas ao âmbito privado, doméstico e o lar. Nesse caso, Okin (2008) e Saffioti (2015) desenvolvem em seus trabalhos discussões em torno das relações de poder do público e como se refletem no ambiente privado e nas relações de gênero dentro da unidade familiar.

Muitos debates sugerem que “os homens são naturalmente melhores gestores e líderes do que as mulheres”, sendo que noções de matemática são uma porta aberta para funções de gestão, havendo uma influência “natural” para que os homens sejam influenciados desde novos por pessoas ao seu redor a seguirem as áreas específicas. Também diz respeito às percepções partilhadas sobre quem deve ocupar determinadas posições nas estruturas organizacionais, contudo, os estereótipos associam cargos de gestão à homens, fortalecidos pela oportunidade de experiência (SANTOS; ANTUNES, 2013).

Outro aspecto relevante que pode ser agregado relaciona-se com a desvalorização e inferiorização da categoria camponesa, criando estereótipos de que quem vive no rural é atrasado, “colono” e burro, como o famoso personagem

estereotipado “Jeca Tatu”⁴¹, utilizando-as como chacota e posicionando pessoas em lugares inferiores na sociedade. No caso das jovens rurais Menezes e Gaspareto (2013) ressaltam a dupla pressão cultural vividas pelas jovens

[...] de um lado, a cultura tradicional patriarcal, e, de outro, a cultura de desvalorização relativa ao campo, que está disseminada através do espaços institucionais (escola, meios de comunicação social), bem como no cotidiano da vida social, nas relações sociais com outras jovens moradoras das cidades (MENEZES; GASPARETO, 2013, p.311).

Todos esses estereótipos são disseminados entre homens e mulheres no campo e na cidade, por isso, no meio rural, seja consciente ou inconscientemente, encontram-se intrínsecos em muitas dinâmicas familiares, pois em muitas famílias entende-se que devem ser os homens que administram as finanças, quem representam a família quando sindicalizados e que vão à cidade resolver problemas diversos. E às mulheres resta a invisibilidade de toda a “ajuda” pelo cuidado com a família, no provimento do alimento, no cuidado e educação dos filhos e filhas, na manutenção da casa, na capina da lavoura, na colheita, entre tantas outras tarefas que as mulheres desempenham.

3.4 MILITÂNCIAS, EMPODERAMENTO E TRIPLA JORNADA DAS MULHERES RURAIS

Entende-se por militância o engajamento e atuação política de sujeitos individuais, formados de identidades coletivas (CRUZ, 2008), no caso a ser ressaltado neste trabalho, os movimentos sociais de mulheres rurais. A autora citada complementa que existem diversas dimensões da militância, e ressalta que a dimensão prática se refere a ação e a luta, a dimensão ideal corresponde ao projeto que justifica a ação, a dimensão processual se constrói através de valores e princípios, e por último a dimensão subjetiva, que envolve as experiências pessoais dos indivíduos(as) a partir de suas dimensões de vida, como classe, raça, gênero, geração, etc. E ainda ressalta que

A militância, portanto, consiste tanto de um processo de envolvimento, ou mais precisamente, de pertencimento à um sujeito coletivo; bem como de uma ação individual que se faz coletiva pela

⁴¹ Personagem criado pelo autor Monteiro Lobato (1882-1948), na obra *Urupês* em 1914. O personagem descreve o caipira ou trabalhador rural paulista marcado pelo analfabetismo, atraso econômico e descaso com a higiene pessoal.

vinculação a um projeto político “comum”; mas também em um processo de transformação pessoal e subjetivo do próprio indivíduo que milita. Neste sentido, a ação militante transforma em primeira instância os próprios indivíduos militantes, que sua vez, são mobilizados pelo desejo comum de transformação social (CRUZ, 2008).

Militar não é apenas estar, participar e/ou interagir com outras pessoas em distintos espaços, mas a afirmação política em conjunto com um grupo político que buscam os mesmos objetivos, junto com a modificação da realidade. Realidade essa enfrentada pelas mulheres rurais, marcada pelo contraste entre o envolvimento feminino nas lutas sociais rurais e a resistência masculina contra toda forma de participação política e voz ativa das mulheres nos movimentos sociais rurais mistos e sindicatos rurais.

Contudo, foi somente a partir dos anos 80, com maior abertura política e a instituição da nova Constituição Federal de 88, que movimentos sociais autônomos de mulheres rurais afloraram em todo território nacional, como já mencionado nos capítulos anteriores. Elas perceberam que individualmente eram invisíveis, mas com organização coletiva poderiam constituir-se como atores políticos na transformação da sociedade civil e política, e com o devido reconhecimento profissional e a concessão dos direitos sociais às trabalhadoras rurais pela nova Constituição, finalmente, esta ofereceu-lhes o estímulo para reivindicar um espaço independente, não subordinado a outros movimentos sociais e muito menos à igreja (SCHAAF, 2003).

Os direitos sociais garantidos não foram considerados parte comum da cidadania, mas sim vinculados ao trabalho econômico e produtivo, o qual exclui muitas mulheres, donas de casa, agricultoras, trabalhadoras rurais, meeiras, agroextrativistas, empregadas domésticas, trabalhadoras informais, etc., essas mulheres constituem partes importantes na manutenção da propriedade e na reprodução da agricultura, principalmente de base familiar. Na medida em que os movimentos sociais específicos avançavam, os direitos à salário maternidade e aposentadoria, subordinavam-se cada vez mais ao reconhecimento de sua condição profissional como trabalhadoras rurais. É notável que as atividades das mulheres rurais possuam valor econômico, e que devem ter direitos à cidadania por seu papel econômico e social como trabalhadoras rurais, mas não apenas isso, também devem ser reconhecidas como mulheres detentoras de direitos simplesmente por serem mulheres (SALVARO; LAGO; WOLFF; 2014).

Posteriormente ao surgimento dos novos movimentos sociais (GOHN, 2007), entre eles os movimentos das mulheres rurais, o passo mais importante foi a tomada de consciência referente à opressão que as mulheres sofriam, sendo alocadas assessoras feministas para ajudá-las na introdução do feminismo nos movimentos sociais de mulheres rurais por todo país. No entanto, as assessoras tiveram inúmeras dificuldades, pois os pensamentos feministas ocidentais urbanos eram dificilmente aplicáveis a realidade das mulheres rurais e suas famílias. Com isso, e em conjunto com as militantes dos movimentos de mulheres rurais construíram um Feminismo Popular, o qual não discutia o direito ao aborto ou a libertação da sexualidade feminina no viés religioso, como eram as pautas das feministas urbanizadas, mas o direito das mulheres rurais a participarem dos encontros do movimento, de saírem aos sábados, de se dedicarem ao próprio lazer e não apenas aos afazeres domésticos, entre outros assuntos que nunca foram objeto de demandas das mulheres no espaço urbano mas que na realidade rural atinge às mulheres (SCHAAF, 2003).

Entende-se que os movimentos são espaços de transformações delas próprias, nenhuma outra mulher ou pessoa que não seja a própria mulher rural é responsável pela sua libertação no ambiente doméstico, e para além de ter acesso aos direitos a elas negados, no espaço oferecido pelo movimento é o lugar onde podem propor novos direitos e reivindicá-los juntas. E, para além de transformador, o movimento também pode ser considerado uma fonte de conhecimento, espaço de politização e formação política, aprendizado para a vida das pessoas e na transformação de outras mulheres. Para o crescimento e a conquista do empoderamento pessoal é necessária a dedicação das mulheres, “roubando-lhes” tempo de outros afazeres, como o cuidado com a família, a produção ou até mesmo o próprio lazer delas próprias, ocasionando alguns atritos no ambiente doméstico com suas famílias e cônjuges (CRUZ, 2010, p.5).

Muitos desses atritos são originados da ideia de que às mulheres são atribuídas atividades da esfera privada, sejam as atividades domésticas, o cuidado os(as) filhos(as) e/ou parentes envelhecidos ou doentes, as obrigações relacionadas a atividades produtivas “menos relevantes” como o cuidado com a horta e manejo de animais de pequeno porte, e a “ajuda” na lavoura. E, aos homens, os detentores da esfera pública, são atribuídos as principais atividades econômicas, políticas e sociais. A partir dessa visão se diz “natural” a concepção da participação

dos homens em espaços de formação e na discussão política. Para as mulheres, a participação e militância lhes oferece uma nova possibilidade de acesso ao mundo público e conseqüentemente, a vida pública, proporcionando-lhes a existência pública, social e política e o movimento é a representação dessas mulheres rurais referente às demandas coletivas como categoria política (CRUZ, 2013).

Para além do ambiente privado e público, existem outros fatos que interagem com esses ambientes e que são obstáculos atribuídos ao direito de participação política das mulheres rurais em movimentos sociais. O primeiro, já mencionado no parágrafo anterior, a imposição do trabalho doméstico e o cuidado com a família; O segundo, a falta de autonomia econômica das mulheres, pois são os homens que administram as economias da família; O terceiro, a imposição da dupla ou tripla jornada de trabalho, sendo elas responsáveis por conciliar as atividades domésticas, o cuidado com a família, o trabalho produtivo e a militância. Considerando ainda os mecanismos simbólicos, os obstáculos se alongam, como a discriminação das mulheres que trabalham fora ou que participam politicamente nos movimentos acusadas de abandonarem seus filhos(as), a casa e o marido, ou ainda, quando o próprio movimento não oferece um ambiente favorável e equitativo para que as mulheres tenham as mesmas possibilidades de participação que os homens, como por exemplo a instituição das conhecidas cirandas infantis para o cuidado das crianças enquanto as mães participam do encontro do movimento (CRUZ, 2010).

Um ponto fundamental na constituição da mulher rural como militante, ocorre a partir da formação da consciência militante feminista, como ressalta Mirla Cisne (2015) em “Feminismo e Liberdade no Campo: a importância do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) para a formação da consciência feminista”. No texto a autora elenca cinco pontos inseparáveis que fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político. No primeiro ponto, a apropriação como sujeitas e a luta por sua autonomia e liberdade são fundamentais, quando a mulher se identifica como feminista e passa a reconhecer todas as mulheres como oprimidas pela questão do sexo e que desejam o fim dessa opressão. É quando a mulher adquire a autoconfiança de si mesma, desde a autovalorização de seu corpo de forma livre e autônoma do padrão de beleza socialmente atribuído; a capacidade de se impor, de se expressar, de decidir, e de dizer não em conjunto com o autocuidado e o rompimento da ideia de natureza feminina.

O segundo ponto revela-se indispensável e o mais enfatizado pela autora, o rompimento do confinamento doméstico. O sair de casa torna-se um dos primeiros passos da luta feminista para sua libertação, dado que a casa se torna o aprisionamento das possibilidades das mulheres rurais. Esta é uma das mais importantes lutas, pois as próprias mulheres se sentem responsáveis por todo trabalho doméstico, muitas delas desistem nessa etapa, pois esbarram em atritos com os pais ou maridos e no ambiente familiar se encontram sozinhas, não estão em grupo, como quando estão nas ações do movimento e são amparadas por companheiras. Muitas vezes quando sai de casa para os encontros, a mulher tem duas opções: deixar tudo preparado e sair com o consentimento do marido, ou sair com o conflito estabelecido. Segundo a autora, nos primeiros encontros que as mulheres participam, elas deixam tudo organizado para a saída nos encontros, demonstrando que a reprodução social é de fato responsabilidade feminina, contudo, através do tempo e a participação, as próprias mulheres estabelecem questionamentos e percebem novos horizontes, rompendo a alienação e enfrentando instituições como a Família e a Igreja, assim como toda a construção ideológica de que a mulher deve servir ao outro, mesmo passando por cima de si mesma.

O terceiro ponto levantado por Cisne (2015) se dá na identificação da outra na sua condição de mulher, contribuindo diretamente para a desnaturalização da opressão feminina, além do fortalecimento das mulheres individual e coletivamente. Relacionando-se assim, diretamente e indivisivelmente com o quarto ponto, que ressalta a importância do grupo e da militância política em movimentos sociais para a formação da consciência militante feminista. O movimento social se constitui através de um processo de organização política coletiva, quando a possibilidade de transformação é estabelecida, contudo, é no processo de reconhecimento nas outras mulheres que a experiência individual de cada uma se politiza e ganha força na dimensão pública e que o movimento possibilita o enfrentamento e a desnaturalização das opressões.

Por meio do conhecimento, da socialização e da politização das experiências, individuais e coletivas, que as mulheres se identificam e percebem que muitas experiências individuais são coletivas, nesse momento as mulheres vão se envolvendo, assumindo tarefas, organizando grupos de base, quando elas começam a se identificar-se como seres humanos constituídos de dignidade é a partir desse

momento que dá início a perspectiva feminista. Por último, Cisne (2015) elenca a formação política associada às lutas concretas de reivindicações e de enfrentamento, as quais andam entrelaçadas na formação da consciência militante, evidenciando que as manifestações na rua realizadas pelos movimentos surtem mais efeitos que palestras ministradas de formatos verticais dentro de quatro paredes. Ressalta também que a luta não é só processo pedagógico de formação, mas também, de intervenção para objetivar a mudança de algo na sociedade.

Podemos concluir que a formação da consciência militante feminista se constitui através de um importante tripé, conformado pela formação de base de mulheres rurais nos municípios, a organização dessas mulheres em níveis locais, regionais e nacionais, e a luta diária, unificada e colaborativa, tudo isso protagonizado pelas mulheres rurais organizadas. E quando essa caminhada é construída, correntes teóricas próprias são criadas espelhadas no histórico de lutas das mulheres rurais, como o Feminismo Camponês Popular (FCP) apresentado no capítulo a seguir.

4 MULHERES RURAIS E A RELAÇÃO DIRETA COM O FEMINISMO

Este capítulo apresenta a história e consolidação de luta de um dos maiores movimentos de mulheres rurais do Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), suas principais campanhas, mobilizações, demandas, conquistas, articulações, etc. Em conjunto, apresentaremos trechos de entrevistas semi-estruturadas realizadas em maio e junho de 2018 consecutivamente, com duas representantes do MMC, a entrevistada 1 camponesa, dirigente nacional do MMC e residente no estado do Paraná, região sul do Brasil; e a entrevistada 2 dirigente nacional do MMC e moradora do Rio Grande do Norte, nordeste brasileiro. Ambas perspectivas serão apresentadas de forma comparativa como método metodológico. Contudo, o intuito desta comparação em nenhum momento é confrontar opiniões ou modos de vida, e sim evidenciar experiências vivenciadas pelas mesmas na história de vida de cada uma e suas militâncias políticas, com objetivo de evidenciar a abrangência do MMC em todo território nacional.

4.1 MOVIMENTOS DE MULHERES CAMPONESAS (MMC)

Foi em 1º de maio de 1983 que teve início, com uma reunião que juntou 28 representantes, a consolidação de um movimento exclusivo de mulheres rurais, em Itaberaba, distrito de Chapecó na região Oeste de Santa Catarina, denominada Organização de Mulheres Agricultoras (OMA). Esta contava com fundamental ajuda da Igreja Luterana, grupos de oração e grupo das mães das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, responsáveis na época pelo espaço de socialização da realidade doméstica das mulheres rurais, e conseqüentemente, influenciaram-nas ao questionamento sobre relações desiguais de gênero, encorajando-as a empreitada de criação de um movimento exclusivo às necessidades das mulheres trabalhadoras rurais. Com inspirações na Teologia da Libertação, o Bispo responsável pela região na época era Dom José Gomes, conhecido pela iniciativa e estímulos à organização de movimentos sociais como Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e pela força dadas às mulheres na criação da OMA, que posteriormente denominou-se Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), e

finalmente em 2004, englobou mulheres rurais de todas as regiões do Brasil e transformou-se no atual Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

“No dia 8 de março de 1984, Dia Internacional da Mulher, o Movimento faz sua primeira manifestação, quando reúne cerca de 500 mulheres em Itaberaba” (OMA, [s.d.], p. 14 *apud* GASPARETO, 2017, p.107), localizada no distrito de Chapecó, Santa Catarina. A região em questão vivia na época o baque da modernização da agricultura, com diversas transformações na forma de produção e a perda da autonomia de todo processo produtivo, determinando a crise do modelo de produção agrícola tradicional, levando ao fortalecimento da industrialização e forçando a integração do pequeno produtor rural às agroindústrias para sua resistência no meio (ADÃO, 2011). Essa realidade propiciou forte atuação das pastorais da igreja na conscientização de homens e mulheres sobre os papéis a serem desempenhados no ambiente doméstico e na sociedade, estimulando o surgimento de movimentos sociais com visões mais igualitárias, mas não equitativas.

Estes aspectos foram responsáveis pela movimentação e discordância das mulheres diante a realidade vivida por elas, resultado da implementação dos pacotes tecnológicos, da integração de pequenos agricultores à agroindústrias para resistência a esse processo e da abertura de possibilidades que a Igreja proporcionou com a pregação da Teologia da Libertação.

Esses aspectos colocaram como pilares fundamentais, no caso do MMC/SC, que muito contribuiu para que a semente feminista camponesa fosse ganhando forma, organicidade e visibilidade social. “Foi com a igreja que a mulher começou ser liderança, que foi abrindo espaço. Tem a igreja tradicional, mas também libertadora. Aí se iniciou as reuniões” (CEC, Adélia, São Miguel D'Oeste/SC, 2017 *apud* GASPARETTO, 2017, p.103).

A entrevistada 1 camponesa/dirigente também compartilha o papel da igreja na sua introdução à militância

“[...]desde 1998 eu comecei participando primeiro da pastoral da juventude, depois da Comissão de Jovens do sindicato em Salgado Filho-PR.[...] Eu iniciei na Pastoral da Juventude Rural, que não denominava-se assim, mas era a Pastoral da Juventude, vinculada à Igreja Católica que atuava na comunidade rural em que vivíamos, depois quando conheci o meu companheiro envolvido no sindicato até a raiz do cabelo comecei a participar do grupo de jovens do sindicato, quando casamos em 1998 participei da comissão de mulheres do sindicato de trabalhadores rurais de Salgado Filho.” (Entrevistada 1, 22 maio de 2018).

Com a inserção e participação mais efetiva das mulheres, numa conformação predominantemente masculina dos movimentos mistos e sindicatos rurais, intensificaram-se as tensões entre gêneros, percebendo assim a condição de marginalização que às mulheres eram atribuídas nas organizações políticas e sociais, assim como, a dominação sofrida nos âmbitos público e doméstico. Muitas vezes às militantes era destinadas as funções de tarefas, como a relatoria das reuniões, o servir café, o cuidado com a limpeza, entre outros trabalhos corriqueiramente destinados ao público feminino. A entrevistada 1 camponesa/dirigente também relata sobre sua experiência no sindicato rural

“Na Comissão de Mulheres do Sindicato Rural de Salgado Filho-PR fazíamos as atividades, as reuniões do grupo, pautava questões, definimos, gerava expectativa, mas quando chegava na direção do sindicato muita coisa não se efetivou. Porque numa sociedade patriarcal, sempre nos espaços de decisão das nossas organizações do campo inclusive, a maioria absoluta são homens. E quando as mulheres estão nesses espaços de decisão muitas vezes estão lá mas são sub representadas, a voz da mulher não tem o mesmo peso que do homem, e muitas vezes quando estão nesses espaços ocupam funções de tarefas, articular e organizar a reunião, chamar todos para a reunião, fazer relatórios, etc., essa é a realidade e função das mulheres, de ocuparem essas tarefas.” (Entrevistada 1, 22 maio de 2018).

Por isso, como resultado dos primeiros encontros, as mulheres organizaram um movimento em busca da autonomia necessária, para expandir o alcance do movimento até as demais localidades da região oeste de Santa Catarina, englobando mais mulheres para revelar a dimensão das suas capacidades como sujeitos históricos, com total consciência que a transformação conjuntural se fez de forma progressiva, gradual, lenta e acompanhada das conquistas do movimento e em conjunto às transformações sociais (ADÃO, 2011).

Sendo um movimento social nascido com fortes implicações de organizações religiosas, a OMA caracteriza-se em primeiro momento por sua conotação católica e inspira-se em exemplos de mulheres da Bíblia (MENDES; MUNARINI, 2007) para traçar novas formas de valorização nas relações familiares, destinando direitos e deveres a todos os integrantes da família, não sobrecarregando a figura materna da família. Essas leituras inspiraram comportamentos libertários e propuseram uma ótica questionadora dos valores patriarcais tradicionais, com isso, as mudanças percebidas eram comportamentais, de valorização e redistribuição de funções, mas não estruturais.

Outras mudanças foram relatadas por Gaspareto (2017):

A OMA perdurou até o ano de 1986, quando, a partir daí, as mulheres foram se dando conta de que uma organização não seria suficiente para responder às demandas que despontavam em suas lutas e que estavam no porvir. A partir de discussões, estudo, debates, em Assembleia, no ano de 1986, foi criado o MMA/SC. As deliberações daquela Assembleia giraram em torno da organicidade desse jovem Movimento (GASPARETO, 2017, p. 108).

A articulação com outros movimentos regionais foi realizada ainda no início dos anos 80 com a instituição da Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AMMTR-SUL) com a conformação dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo, com participação dos seguintes movimentos: Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA); Organização de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul; Movimento de Mulheres do Movimento Sem Terra do Estado de São Paulo; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul; Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Departamento Rural da CUT do Paraná (vinculada ao Movimento Popular de Mulheres do Paraná - MPMP) (GADELHA, et al, 2017, p.188).

Em 1986, através do 1º Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais realizado em Barueri, São Paulo, que contou com a presença de representantes de 16 estados, foi realizada a troca de nome da AMMTR-SUL para Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-SUL), com a participação somente dos estados da região sul (PR, SC e RS) para maior fortalecimento dos movimentos de mulheres rurais nas diferentes regiões. Buscava-se, com isto, avançar na luta e aprofundar discussões como sexualidade, reprodução, gênero, reconhecimentos profissional, violência contra as mulheres, a partir da realidade das mulheres da região sul (GASPARETO, 2017).

A 1ª manifestação pública do MMA foi realizada em 12 de agosto de 1986 na cidade de Xanxerê, em Santa Catarina. A manifestação reuniu mais de 10 mil pessoas, na maioria mulheres, para reivindicar direitos das mulheres, entre eles a aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e 60 para os homens e salário maternidade (Fotografia 1). Foi encaminhado para Brasília o abaixo assinado realizado na manifestação, o qual colaborou para a abertura na elaboração da Constituição Brasileira de 1988, e ocorreu no ano seguinte de 1987, com atuação expressiva das mulheres trabalhadoras rurais na luta para garantia do

reconhecimento profissional, salário maternidade e aposentadoria (MARTINS; BRUNETTO, 2014).

FOTOGRAFIA 1 - Organização das Mulheres Agricultoras (OMA) organizadas em Xanxerê, SC, em 12 de agosto de 1986



Fonte: MARTINS; BRUNETTO, 2014.

Mesmo com a participação das organizações de mulheres rurais na elaboração da Constituição de 1988, os direitos garantidos à elas está presente na teoria pela Constituição, na prática somente começaram a serem implementadas no início dos anos 90, com o apoio de campanhas de conscientização promovidas pela AIMTR-SUL, como a aposentadoria aos 55 anos para a mulher, e aos 60 anos para os homens trabalhadores rurais, no ano de 1991; o benefício por acidente de trabalho, em 1992; o salário maternidade, em 1994. Ainda em 1994, o AIMTR-SUL lança a Campanha de Documentação pessoal e profissional Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documentos, divulgando uma cartilha em todo território da região sul, com informações sobre os direitos civis e a importância da documentação completa para alcançar a cidadania plena das mulheres trabalhadoras rurais. A cartilha também continha informações sobre os documentos necessários para o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários (GASPARETO, 2017, p.110).

Em conjunto com as reivindicações trabalhistas e previdenciárias, ainda no final dos anos 80, o então MMA vê a necessidade de conquistar maior autonomia em relação às instituições, como sindicatos, movimentos sociais mistos e igrejas, e também, buscar espaços formativos exclusivos de mulheres que discutam questões específicas, como a existência de conflitos relacionados à concepção de feminismo entre as companheiras de movimento, as realidades vividas pelas companheiras para maior reconhecimento entre ambas, entre outras questões. Assim, inicia-se a construção de novos objetivos, entre eles a capacitação de lideranças mulheres com acúmulos teóricos em temáticas que lhes interessava (BETTO; PICCIN, 2017) e a idealização de construção de um novo feminismo pelas mãos das camponesas.

Durante toda a década de 90, as bandeiras mobilizadoras das mulheres trabalhadoras rurais foram centradas na luta pela sindicalização, pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e pela efetivação dos direitos previdenciários. Em 1994, o MMA abre articulação para a América Latina, participando da primeira reunião de conformação da Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo (CLOC)⁴², realizado na cidade de Lima, no Perú. Ambos movimentos possuem participação ativa em todos os encontros realizados até os dias atuais.

Como encaminhamento da primeira reunião da CLOC, e após uma temporada de esfriamento da articulação, em 1995 cria-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), reunindo mulheres de vários movimentos mistos e autônomos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Nos dias 19 a 24 de outubro de 1995, tendo como lema: Mulher Trabalhadora rural: Amante da Igualdade... é preciso ter força, é preciso ter garra, sempre, foi consolidada a ANMTR como espaço de discussão, elaboração e unificação das lutas. Fazem parte da ANMTR movimentos autônomos, coletivos de mulheres dos movimentos mistos e pastorais (MMC, 1997, p. 3 *apud* GASPARETTO, 2017, p. 111).

⁴²A CLOC possui compromisso constante com a luta social de movimentos camponeses, de trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e afrodescendentes de toda América Latina e Caribe, constituída por 84 organizações em 18 países (CLOC, 2010).

Em 2001, o ANMTR lança uma cartilha com a campanha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, com repercussão nacional. Nesse documento elaborado de forma lúdica, para além de informações como os comprovantes necessários para a retirada dos documentos, sua importância para as conquistas de direitos básicos, a importância e discriminação das mulheres na sociedade, também ressalta o objetivo da ANMTR

Articular os Movimentos de Mulheres Autônomas e os coletivos de gênero de todos os movimentos sociais do campo. Surgiu da necessidade das próprias mulheres e constituiu-se num espaço de ação em função da problemática vivida pelas mulheres trabalhadoras rurais. Busca contribuir para as mudanças das relações sociais de gênero e de classe (ANMTR, 2001, p. 2 *apud* GADELHA et al., 2017, p.190).

No estado de Santa Catarina, entre 2003 e 2004, o MMA realizou caravanas, concentrações, marchas, mobilizações, congressos estaduais, entre outras práticas que foram centrais na transição de Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina para Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina. No âmbito nacional, foi realizado, entre os dias 21 a 24 de setembro de 2003, um curso nacional com 50 representantes de movimentos autônomos de 14 estados brasileiros, um espaço de construção da identidade camponesa e resolução da nova nomeação do movimento como Movimento de Mulheres Camponesas (GADELHA et al, 2017).

Em 2004, o 1º Congresso Nacional de consolidação do MMC foi realizado em Brasília, no período de 05 a 08 de março de 2004 (Fotografia 2), "após intenso processo de estudo com dirigentes e grupos de base em 19 estados" (MMC/SC, 2008, p.19), quando ocorreu a participação efetiva no encontro de mais de 1400 mulheres de 14 estados (GADELHA et al, 2017). Nesse encontro foi definido que as mulheres camponesas são mulheres que produzem o alimento e garantem a subsistência da família, são elas pequenas agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas (MMC, 2004). Um dos principais fatores para a transição de identificação de trabalhadoras rurais para camponesas está na lógica do assalariamento, muitas mulheres rurais não recebem salário, mas dependem do próprio trabalho produtivo para o provimento do alimento saudável, das plantas

medicinais, do serviço doméstico, etc. que garantem a sobrevivência e a reprodução dessas famílias de mulheres rurais.

FOTOGRAFIA 2 - 1º Congresso Nacional do MMC, realizado em Brasília em 2004



1º Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil marcou a unificação dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais - Brasília/DF - 2004

Fonte: Cartilha “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, MMC, 2004.

Com a realização da IXª Assembleia Estadual, o MMA/SC assume o caráter definitivo como movimento constituído de mulheres camponesas passando a ser reconhecido oficialmente como Movimento de Mulheres Camponesas no estado de Santa Catarina, posteriormente a consolidação nacional.

Na prática o MMC intensificou o debate e a luta em torno do Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, que tem no Programa das Sementes Crioulas e Hortaliças sua fonte principal, que, por intermédio de intercâmbios, passa a dialogar com outras experiências de mulheres de diferentes regiões do Brasil e do exterior (ADÃO, 2009). Este Projeto é contra o pacote tecnológico, que é a venda de sementes transgênicas, a utilização de insumos químicos e mão de obra infantil e escrava na produção, a desvalorização do trabalho das mulheres, a estrangeirização e concentração da terra, e a padronização de atividades que resultam em desmatamento, desequilíbrio ecológico, exploração no campo, insegurança alimentar e êxodo rural. Além disso, de acordo com o site oficial do MMC

A luta central do MMC é contra o modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos. Nesse sentido, assumimos como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminista,

fundamentado na defesa da vida, na mudança das relações humanas e sociais e na conquista de direitos (MMC, 201_).

No entanto, o Programa de Sementes Crioulas e Hortaliças não surgiu de um momento para o outro, foi alvo de muitas discussões nos encontros realizados no início dos anos 2000, pelo MMC. Dentre a conformação da luta pelo Projeto de Agricultura Camponesa Ecológica e na perspectiva regional de inserção do pacote tecnológico com as sementes transgênicas, as companheiras se viram como defensoras das sementes crioulas, das variedades de hortaliças, de leguminosas, das flores e plantas medicinais, como método de subsistência frente à conformação de livre mercado.

Em parceria com essas ações, em 2003 a Via Campesina e a CLOC, em conjunto com os movimentos sociais que às compõem, e com fundamental importância das experiências práticas das mulheres do MMC, lançou no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a campanha “Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”. Os objetivos da campanha permeiam o direito da agricultura familiar camponesa de produzir suas próprias sementes, com garantias de soberania alimentar e o impedimento sobre a dominação das transnacionais do controle das variedades, produção e comercialização de sementes (CAMPANHA DA VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, 2012).

Um dos atos que marcou a luta dos movimentos populares brasileiros e que as mulheres do MMC fizeram a frente ocorreu na madrugada do dia 08 de março de 2006, no município de Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul, onde 40 ônibus com mais de 2 mil mulheres da Via campesina⁴³ adentraram ao Horto Florestal da Fazenda Barba Negra, de propriedade da empresa Aracruz Celulose, e destruíram um milhão de mudas de eucalipto prontos para plantação. A mobilização foi movida pelo dizer “não ao deserto verde”, dando alusão aos milhares de hectares na América Latina destinados à produção de apenas uma cultura de eucalipto, pinos e acácias para a produção de celulose, onde a biodiversidade é destruída, as fontes de água secadas e a poluição deixada pelas indústrias na produção (MANO, 2010).

⁴³ Os movimentos sociais que participam da Via Campesina são: o MMC, o MAB, o MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação Brasileira de Estudantes de Agronomia (FEAB) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

Paralelo a isso, acontecia em Porto Alegre dois eventos: a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fórum Terra, Território e Dignidade, ambos realizados na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Após a manifestação as mulheres marcharam 2 quilômetros até o local dos eventos, quando foram barradas pela Polícia Militar. Logo a seguir, a partir de negociações foram autorizadas a entrarem, duas representantes, uma do MMC, outra do MST, as quais leram o Manifesto das Mulheres Camponesas às 81 delegações estrangeiras participantes do evento da FAO e foram aplaudidas de pé (MANO, 2010).

É prática desde o início do MMC a retomada de saberes e práticas das camponesas e da construção do próprio movimento, ressignificando estes saberes com o passar dos anos. Como o projeto popular de agricultura agroecológica, baseado no cultivo e reprodução de sementes crioulas, na socialização de conhecimento de plantas medicinais, na alimentação saudável, nos projetos de quintais produtivos para localidades menores e urbanas, na luta contra a violência física, psicológica, simbólica, verbal, patrimonial, etc. às mulheres, na valorização da participação das mulheres em cargos de direção e espaços de tomada de decisão, entre outras ações, todas baseadas na perspectiva feminista de vida camponesa.

O MMC com o passar dos anos salienta que o cuidado não deve ser restrito sua obrigatoriedade ao gênero feminino, mas também, cabe aos homens uma divisão mais justa das tarefas domésticas e o cuidado com os(as) filhos(as). Assim, entende-se que o homem passa a contribuir para o cuidado da família e valorizar as tarefas, que historicamente, eram vistas como femininas. Porém, ao mesmo tempo em que as mulheres resgatam e atualizam práticas vistas por elas como mais adequadas para a valorização do feminino, demonstram a necessidade de ressignificação de valores tradicionais como o próprio termo cuidado.

Esses valores cristãos pregados pela Igreja continuam na postura familiar e social de muitas famílias, se opondo a invisibilidade dada ao papel das mulheres no campo, mas lhes atribuindo o compromisso extremo com o cuidado da família, com o cuidado com os filhos(as), com os idosos(as), com os enfermos(as), com a alimentação, com o serviço doméstico, com o quintal, com a horta, com os pequenos animais, etc.; dificultando a participação das mulheres nos espaços

públicos, lhes atribuindo a função de zelo pela reprodução familiar dentro e em redor do espaço doméstico (ADÃO, 2011).

Assim, quando a mulher assume, ou é obrigada a assumir a responsabilidade frente à produção, elaboração e preparo dos alimentos da família, essa força é movida pela necessidade do cuidado, afirmação essa amparada por Boff ⁴⁴(2004, p.47) que entende “que mais do que o trabalho é pelo cuidado que a mulher se relaciona com a vida”. No entanto, as mulheres companheiras do MMC perceberam, com suas participações mais efetivas no campo social e político, que com o passar do tempo elas abdicam de obrigações domésticas tipicamente femininas, e instantaneamente, criticam o quão opressivo é o pensamento patriarcal imposto às suas práticas diárias. A partir disso, questionam a atribuição às responsabilidades da vida doméstica, a invisibilidade de seus trabalhos no processo produtivo e o porquê de não serem merecedoras de cuidado (ADÃO, 2011).

Diante disso, a preocupação com a alimentação saudável da família, se não a principal, é de primordial importância no estilo de vida camponês, e as funções de produção, de preparo e de finalização dos alimentos são funções historicamente atribuídas às mulheres, seja por tradições patriarcais, ou pelo instinto de cada mulher. Nas práticas do MMC a mulher camponesa sempre é prestigiada e enaltecida também pela analogia mulher-terra, essa considerada como uma teoria ecofeminista⁴⁵, que às entendem a mulher e a terra como produtoras de alimentos e geradoras vida. Essas relações são simbolizadas e legitimadas pelas práticas agroecológicas de cuidado a vida e da natureza, realizadas individualmente ou em conjunto às histórias de vidas das mulheres participantes do MMC. Contudo, a crise sobre a valorização e o cuidado na contemporaneidade ultrapassa as delimitações de urbano e rural, e afeta toda sociedade como uma onda. Seres humanos necessitam de cuidados durante toda sua existência, o cuidado é essencial para a reprodução social de famílias, principalmente as famílias rurais, e esse cuidado deve

⁴⁴ Leonardo Boff, pseudônimo de Genézio Darci Boff, é um teólogo, escritor e professor universitário brasileiro, expoente da Teologia da Libertação no Brasil e conhecido internacionalmente por sua defesa dos direitos dos pobres e excluídos. Autor de referência nas leituras do MMC da época.

⁴⁵ A teoria ecofeminista possui várias vertentes, as mais conhecidas são: ecofeminismo clássico (PULEO, 2004; SULIPRANDI, 2000), ecofeminismo espirituais (Yvone Gebara e Vandana Shiva) e ecofeminismos construtivistas (Bina Agarwal e Val Plum Wood).

ser compartilhado com as figuras masculinas, valorizado e valorado por toda sociedade, principalmente pelas políticas públicas⁴⁶.

Toda essa bagagem reunida pelas mulheres rurais nos movimentos mistos e no MMC reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Entende-se que são elas e eles, trabalhadoras e trabalhadores rurais que lutam pela igualdade e equidade. Através desta bagagem foi construída uma mística feminina, feminista e libertadora, que se expressa no Projeto Popular, a partir do qual o MMC compromete-se a transformar as relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e na construção de novas relações sociais de gênero.

A seguir é apresentado o Quadro 01, no intuito de oferecer sinteticamente um olhar sobre as principais ações e articulações de movimentos autônomos de mulheres rurais com uma sequência temporal que se inicia nos primórdios dos anos 80, quando tem origem a primeira articulação nacional de mulheres rurais, até 2017, com a formação teórica do Feminismo Camponês Popular.

⁴⁶ A discussão sobre a crise do cuidado na contemporaneidade teve origem no seminário Soberania Alimentar e o protagonismo das mulheres na construção da agroecologia no 17ª Jornada de Agroecologia, que aconteceu entre os dias 6, 7, 8 e 9 de junho de 2018 em Curitiba, Paraná. A autora esteve presente no evento e acompanhou os debates sobre o tema.

QUADRO 01 – Síntese das principais ações e articulações de movimentos autônomos de mulheres rurais, anos 80 até 2017

Início anos 80	> Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AMMTR-SUL) com PR, SC, RS, MS e SP.
1983	> Criação da Organização de Mulheres Agricultoras (OMA), oeste SC.
1984	08/03 - Dia da Mulher, 1ª Manifestação OMA, reuniu 500 mulheres, em Chapecó, SC.
1986	> I Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais, SP. Consolidação ANMTR; > De AMMTR-SUL para AIMTR-SUL; Transição de OMA para Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA); > 12/08 1ª Manifestação Pública MMA.
1988	> II Encontro Nacional das Trabalhadoras Rurais, SP. Coordenação Nacional de Trabalhadoras Rurais; > Participação da ANMTR na elaboração da Constituição Brasileira, conquista de direitos previdenciários (teoria).
Final dos anos 80	> ANMTR com a CUT institui a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural.
1991	> Campanha da ANMTR “Trabalhadora Rural Declare sua Profissão” para realização do Censo IBGE; > Direito à aposentadoria conquistado na prática.
1992	> 1º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras da CUT, SP; > Beneficiamento por acidente de trabalho na prática.
1994	> Campanha da AIMTR-SUL de documentação “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”; > Salário Maternidade conquistado na prática; > MMA participa da 1ª reunião da CLOC, encaminha-se a formação da ANMTR.
1995	> Criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), com participação das mulheres de movimentos mistos e autônomos.
2001	> Campanha nacional “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos” da ANMTR.
2003	> Curso Nacional, reunião de 50 mulheres de 14 estados, originou-se a denominação MMC.
2004	> Congresso Nacional de Consolidação do MMC, Brasília; > MMA consolidando-se Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no estado de Santa Catarina.
2006	> 08/03 Ação de 2 mil mulheres da Via Campesina contra a Aracruz Celulose, destruição de 1 milhão de mudas de eucalipto.
2007	> Consolidação do Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS), Brasília, com participação dos movimentos de mulheres rurais; > 08/03 Lançamento da Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis (CNPAS).
2015	> I Seminário Internacional com o tema: Feminismo Camponês e

	Popular, Luziânia, GO.
2016	> II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, Luziânia, GO. Somam-se mulheres PY, Chile e Moçambique.
2017	> III Seminário Feminismo Camponês Popular, Luziânia, GO.
Fonte: Elaboração própria	

As entrevistas semi-estruturadas realizadas com as dirigentes nacionais do MMC, companheiras entrevistada 1 e entrevistada 2, foram fundamentais para a compreensão da história, conquistas, mobilizações, articulações e lutas dos movimentos autônomos de mulheres rurais, em especial do MMC, e como esta luta se mescla com a história de vida e luta de ambas as entrevistadas citadas durante o item. Para elaboração as entrevistas foram transcritas e deram origem aos subitens a seguir, que detalham o histórico de envolvimento político com movimentos sociais e o MMC, articulações nacionais e internacionais e a construção do Feminismo Camponês Popular em conjunto às citações das experiências das entrevistadas.

4.1.1 HISTÓRIA DE LUTA E VIDA

O histórico de vida e atuação política de ambas entrevistadas expõe duas experiências pessoais, das inúmeras que existem, da realidade das mulheres e/ou dirigentes nacionais dos movimentos autônomos de mulheres rurais (no caso o MMC), com perfis que divergem nas especificidades emergenciais e sociohistóricas de cada região, mas que se mesclam na luta pelo direitos das mulheres rurais, contra o patriarcado, o capitalismo e a modernização desigual da agricultura.

A entrevistada 1 teve início na militância com participação na Pastoral da Juventude Rural (PJR) como já foi citado, conseqüentemente participava como representante deste no Grupo de Juventude do Sindicato Rural do município de Salgado Filho, Paraná, onde conheceu seu companheiro, também envolvido no sindicalismo rural. Em 1998, cria-se no Sindicato Rural de Salgado Filho a Comissão das Mulheres no Sindicato e a entrevistada 1 foi convidada a fazer parte desta. Com esta Comissão, conta que nas reuniões com as mulheres, eram encaminhadas pautas e demandas à direção do Sindicato, a qual gerava-se uma expectativa de acatamento referente às demandas, mas conta que nos cargos de direção de tal Sindicato Rural (e da maioria dos sindicatos rurais do Brasil) eram conformados apenas por homens, e quando chegava as pautas das mulheres, nada do

recomendado era concretizado, e isso causava um sentimento de frustração nas mulheres.

Em mudança para Medianeira, no oeste do Paraná, a entrevistada 1 ficou um tempo afastada dos movimentos sociais, mas logo surgiu um convite para seu companheiro trabalhar no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Medianeira, e é através deste que deu-se a ponte entre a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que no Paraná era representado pela Organização de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná (OMTR-PR), atualmente MMC, e as mulheres rurais da região. Ressalta a importância do sindicalismo no sul do país

“[...] o contato das mulheres camponesas das dirigentes era feito através dos sindicatos, hoje em dia está mais fácil com o acesso ao telefone celular, internet, mas naquele período os contatos eram através dos sindicatos, mandavam fax, e-mail, telefonar, mandar recado, chamar fulana, esperar o retorno da pessoa receber os recados. Em muitos lugares ainda hoje, um exemplo é Dionísio Cerqueira em SC, que tem um programa de rádio do sindicato e que ele passa os recados, inclusive os chamados de reunião dos movimentos de mulheres. Isso foi em vários sindicatos que tinham essa abertura muito importante, então foi através do sindicato que tinha essa ponte que eu conheci o movimento de mulheres, na época articulação.[...] (Entrevistada 1, 22 maio de 2018).

A entrevistada 1 graduou-se em 2013, em Pedagogia para Educadores do Campo através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), localizada em Cascavel, Paraná, e atualmente, além de dirigente nacional do MMC, realiza pós graduação, mestrando, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, na UNIOESTE, campus de Foz do Iguaçu, Paraná.

Sua percepção frente a identidade feminista, conta a entrevistada 1, “[...] aflorou após minha primeira participação como representante do MMC num curso de formação realizado em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, onde funcionava a Secretaria de Articulação Sul das Mulheres Trabalhadoras Rurais” (entrevistada 1, 2018). Nesse espaço percebeu que se tratava de uma organização diferente, que esta era pensada, feita, organizada e coordenada pelas próprias mulheres, e que essas mulheres faziam desde o processo de discussão nos grupos de bases dos municípios, até o encaminhamento dessas discussões para espaços de tomada de decisão, e que nesses espaços elas eram ouvidas. Contudo, o reconhecimento com a palavra feminismo, que engloba o histórico de luta como

movimento de mulheres, relata a entrevistada 1 aconteceu mais tardiamente, em 2007, com o acúmulo de ações, mobilizações e formações que o próprio MMC desenvolveu em conjunto a construção do Feminismo Camponês Popular.

Nossa segunda companheira entrevistada 2, nascida e residente no estado do Rio Grande do Norte, formou-se em 2006 pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) pelo curso de Agronomia. Iniciou sua formação política ainda na faculdade com atuação na Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), onde teve contato e simpatizou com as bandeiras de luta dos movimentos que compõem a Via Campesina Brasil. Formada atuou em assentamentos de reforma agrária com assistência técnica, e devido à referência de bandeiras de luta da Via Campesina sobre a questão agrária e as referências feministas que teve ainda na graduação, e com pretensões de unificação de lutas aproximou-se do MMC, o qual fazia o debate político contra o agronegócio, o patriarcado e a dominação capitalista ao mesmo tempo. Posteriormente, começou a atuar na base do MMC, que a época não estava presente no estado do Rio Grande do Norte, contudo, já contava com uma pequena organização na Paraíba, na Bahia, em Alagoas e Sergipe. Assim, assumiu a tarefa de construção na base no próprio estado, onde na época ainda não havia nenhum movimento de mulheres rurais consolidado. Atualmente a entrevistada 2 é dirigente nacional do MMC.

Quando questionada sobre sua percepção e reconhecimento sobre ser feminista, a entrevistada 2 ressalta que já se entendia como feminista anteriormente ao movimento, pois foi justamente o que a uniu ao MMC e não a outro movimento da Via Campesina, apesar de achar de extrema relevância as bandeiras de luta de outros movimentos. Afirma que atualmente sua compreensão sobre feminismo se qualificou com sua atuação no MMC, com a construção do Feminismo Camponês Popular, um feminismo sem padrões, sem definição e destinado à autonomia das mulheres, inclusive para que estas tenham autonomia e possam decidir por seguirem reproduções do conservadorismo.

Diferentemente da entrevistada 1, que reside no Sul do país, no Nordeste, como salienta a entrevistada 2

[...] existem configurações locais, estruturais e biológicas que influenciam permanentemente as pautas do MMC na região. O debate de convivência com o semiárido⁴⁷ é fundamental nos grupos

⁴⁷ O Semiárido brasileiro é composto por 1 262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios

de base do MMC no Nordeste, a escassez de água, o armazenamento, o abastecimento, construção de cisternas, acesso à mercados, etc., são pautas quase que diárias (Entrevistada 2, 21 jun de 2018).

Mas como explica a entrevistada a desigualdade, a divisão sexual do trabalho e o patriarcado estão presentes, independente da região, urbano, rural local ou identidade que as mulheres tenham. Conforme o relato, “enquanto mulheres rurais precisamos partir disso, do macro, da modificação dessa estrutura”, diz a entrevistada 2 (2018). E isso passa pela visibilização da produção, reconhecimento profissional, valorização do modo de vida, etc.. Existem particularidades, mas o MMC busca a união, o que de fato é necessário combater para a conquista da liberdade e autonomia das mulheres, isso é único e não varia de uma região para outra do Brasil, conforme salientado pelas entrevistadas.

4.1.2 ARTICULAÇÕES E RELAÇÕES COM OUTROS MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS

O MMC historicamente esteve articulado à outros movimentos sociais mistos e específicos na construção da democracia brasileira, na conquista por direitos à classe trabalhadora do campo e da cidade e na conquista pela liberdade das mulheres. A primeira Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, ressalta, ambas companheiras do MMC entrevistadas, acontece numa conjuntura de abertura política para a construção da democracia brasileira, com o principal resultado que foi a consolidação da Constituição de 1988. Nesse momento a articulação era constituída majoritariamente pelos movimentos autônomos de mulheres rurais, com participação menor de mulheres vindas de movimentos mistos. Após a conquista de direitos previdenciários com a Constituição de 1988, e campanhas em todo território para colocá-los em exercício, a entrevistada 2 observa que houve um esfriamento na articulação, sentimento esse observado pela entrevistada, devido a percepções da mesma e de companheiras do MMC, mas sem estudos formais realizados. As razões do esfriamento são exaltadas pela mesma

para delimitação do Semiárido foram a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50 e; o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. A competência para fixar critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido foi dada ao Conselho Deliberativo - CONDEL da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007 (IBGE, 20__)..

“[...]a gente sente que é muito difícil nas vida das mulheres essa continuidade na luta por longos períodos de forma ininterrupta, por que quando casam ou às vezes já são casadas e têm filhos pequenos, não conseguem ir, aí depois de uma certa idade que conseguem participar, então você vê pessoas, não necessariamente jovens, você vê muitas mulheres mais velhas, o MMC é um exemplo bem claro, só que tem períodos da vida delas que possuem maiores dificuldades de frequentar.” (Entrevistada 2, 21 jun de 2018).

Num segundo momento de articulação, já em 1995, a Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais teve como objetivo a união das bandeiras de mulheres rurais, conformada pelas mulheres de movimento autônomos de mulheres rurais e de movimentos sociais rurais mistos. Ambas entrevistadas relembram que com a instituição da Via Campesina no Brasil, em parceria com a CLOC, a articulação passou a concretizar-se neste espaço e com a importante participação das mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes de toda América Latina.

“[...]a gente começa se organizar na CLOC, que é a Via Campesina da América Latina, e também na Via Campesina, e nesse espaço surge essa outra articulação de 1995, que é uma articulação das mulheres, e essa articulação corria por dentro da Via, mas já era composta pelas mulheres das organizações que compunham a Via Campesina, é quase como uma consequência disso isso passar a ser uma organização por dentro da Via, sendo que a Via tem a tarefa de lidar com as diversas lutas camponesas a partir da soberania alimentar.” (Entrevistada 2, 21 jun de 2018).

Com a consolidação desse espaço, anteriormente à reunião da Via Campesina e CLOC, a articulação reúne-se para elencar as pautas que serão encaminhadas à reunião principal. Mas esse espaço acabou se esvaziando por que as mulheres que participavam eram as mesmas mulheres dos movimentos autônomos, por isso, as entrevistadas salientam a construção da articulação autônoma que acontece atualmente no espaço da Via Campesina Brasil, e com a coordenação das mulheres companheiras dos movimentos de mulheres rurais.

Em 2004, com a consolidação do MMC Brasil, recorda a entrevistada 1, houve um diálogo feito com todos os estados que possuíam movimentos sociais autônomos de mulheres, inclusive o MMTR-NE, que foram convidados para se somar à construção do MMC. O MMTR-NE apenas não se somou ao MMC. Por isso ressalta entrevistada 2 que “[...] na região Nordeste do Brasil, há estados que se encontra o MMTR-NE e também o MMC” (entrevistada 2,

2018). Estes Movimentos são apenas dois movimentos sociais diferentes, sem nenhuma rixa ou desentendimento entre dirigente, pelo contrário, há diversas lutas e bandeiras em conjunto, inclusive processos em que ambos são parceiros.

Como no caso vivido e relatado pela companheira entrevistada 1, “[...]com a consolidação do Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Seguridade Social (FIPSS), criado em abril de 2007, em resposta à ausência da participação dos movimentos de mulheres (do campo e da cidade) no Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS) criado pelo Governo Lula em 2007” (entrevistada 1, 2018). Conta a entrevistada que somente uma companheira do MMC que participava do Conselho Nacional do Direito das Mulheres (CNDM) conseguiu cadeira como ouvinte, sem direito à voz. Participaram do FIPSS, para além do MMC e MMTR-NE, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Campanha Nacional pelo Direito à Aposentadoria das Donas de Casa, a Articulação Nacional das Mulheres Negras (AMNB), a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

O objetivo dessa articulação foi o fortalecimento da luta por direitos, contra a desproteção social das mulheres e ameaças políticas aos direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988 de efetivação do caráter público, universal, solidário e redistributivo da seguridade Social no Brasil. Sendo alguns desses direitos já ameaçados desde os anos 90, pelas duas reformas previdenciárias feitas em 1998 e 2003, pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, consecutivamente, reforçaram a ideia de que só tem direito à aposentadoria quem contribui. Essa medida é um empecilho à inclusão das mulheres à Previdência Social, sendo que a maioria delas dedica-se aos trabalhos domésticos de cuidados sem qualquer reconhecimento formal e/ou financeiro. Grande parte empregadas domésticas informais, que são a maioria de 7 milhões de empregadas domésticas no Brasil, sendo aquelas com carteira assinada 26,2% (dessas 30,4% contribuem para a Previdência Social), como também trabalhadoras informais, a exemplo as catadoras de lixo reciclável, vendedoras informais, parteiras, ambulantes, feirantes inúmeras outras trabalhadoras informais, sem acesso à previdência (FREITAS; MORI; FERREIRA -org, 2010).

No período de 2007, realizaram “[...] mobilizações itinerantes em várias regiões do país denunciando que o verdadeiro problema da Previdência

Social era sua dívida social com milhões de trabalhadoras e trabalhadores desprotegidos pelo sistema” (FREITAS; MORI; FERREIRA, 2010, p.38). Também foram realizadas atividades nacionais e regionais, em coordenação com os movimentos sociais parceiros, para a construção de propostas para a Previdência Social brasileira, com apoio de grupos e articulações de sociedade civil urbanas e rurais, do Governo, especialmente com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em outubro de 2007, no momento em que se encerram as atividades do FNPS, as mulheres organizadas no FIPSS acamparam durante todo o evento na frente do Ministério da Previdência Social para entregar uma carta elaborada por elas diretamente ao ministro da Previdência Social Luiz Marinho na ocasião de encerramento do Fórum.

O FIPSS perpetua-se até os dias atuais pela constante ameaça aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores por parte dos governos e empresas privadas, são mobilizadas diversas ações em conjunto, mas principalmente, são realizados acampamentos em frente ao local dos eventos políticos de discussão dos interesses previdenciários e seguridade social. Na fotografia 3 é apresentado um acampamento realizado em Brasília, em paralelo a I Conferência Mundial sobre Sistemas Universais de Seguridade Social, ocorrido em 2010.

FOTOGRAFIA 3 - Acampamento das mulheres participantes do FIPSS em Brasília em 2010



Fonte: Site oficial do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2010.

Esse momento representa a força de articulação que as mulheres, trabalhadoras rurais e urbanas possuem quando unificadas em prol de uma única bandeira. Muito além de considerá-los movimentos sociais divergentes, constata-se que o MMTR-NE e o MMC não passam de movimentos sociais distintos, com muitas bandeiras unificadas. Ressalta a entrevistada 2 que “ambos os movimentos emergiram de regiões muito distintas, de contextos locais totalmente divergentes e acumularam através das décadas de atuação particularidades de luta, como no caso do MMC que a partir de 2004 amplia suas ações para todas as regiões brasileiras” (entrevistada 2, 2018). Em outra situação está o MMTR-NE, com caráter mais regional e atuação concentrada.

4.1.3 FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR

O Feminismo Camponês Popular (FCP) é a necessidade de uma leitura própria do feminismo pelas mulheres camponesas, indígenas e negras latinoamericanas, leitura essa que se dá no cotidiano, em experiências concretas do dia-a-dia da vida das mulheres, com a luta pela alimentação saudável, o direito à terra, a manutenção da biodiversidade das sementes, o cuidado com a natureza e com as pessoas, pelo enfrentamento à violência doméstica, entre inúmeras outras realidades pertencentes no cotidiano e nas labutas das mulheres rurais latino-americanas, conforme relatam as entrevistadas. Na leitura de Seibert e Rodrigues (2017), que faz uma aproximação teórica entre o FCP e as teorias marxistas, são apresentadas as relações muito próximas entre a identificação do ser camponesa, indígena e negra na América Latina, o território e o entender-se mulher.

[...] as mulheres que constroem o Feminismo Camponês e Popular tem em comum a relação com a terra, o território e a produção de alimentos, como identidade que as unifica, mas com a certeza de que essencialismos e romantismos em relação às identidades indígenas, camponesas e negras devem ser superadas, assim como devem ser eliminadas todas as formas de hierarquias ou relações de desigualdade reproduzidas no interior destas comunidades (SEIBERT; RODRIGUES, 2017, p12).

A construção do FCP inicia há muitas décadas pela realidade concreta de lutas e organização política das mulheres rurais brasileiras e latinoamericanas, sendo construída todo dia e acumulando concepções políticas teóricas organizativas. Teoricamente começa a ser sistematizada em 21 e 22 de

novembro de 2015 com o I Seminário Internacional com o tema: Feminismo Camponês e Popular, evento realizado em Luziânia, em Goiás, e organizado pelo MMC, com participação da CLOC, dos movimentos sociais vinculados à Via Campesina, do Levante da Juventude, universidades e organizações urbanas de mulheres (MMC, 201_). Como ressaltado pelas entrevistadas, que estiveram presente nas edições⁴⁸, o primeiro Encontro tomou caráter mais interno de decisão do que de fato iam fazer, qual feminismo iam construir que abraçasse as bandeiras de lutas do movimento, quais seriam as diretrizes deste feminismo, entre outras decisões que cabiam às próprias companheiras do MMC. Para a construção, foram convidadas as pesquisadoras que tinham pesquisa na graduação, mestrado, doutorado ou na própria vivência, na área do FCP, dividindo-se em 3 blocos temáticos: Violência, direitos e autonomia.

Já os II e III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular (fotografias 4 e 5 consecutivamente), realizados em março de 2016 e setembro de 2017, respectivamente, para além da conformação do primeiro seminário, tomou amplitudes internacionais, com a participação de companheiras do Paraguai, Bolívia e Moçambique que somaram-se a construção, discussão e encaminhamentos frente ao FCP (MMC, 2017).

⁴⁸ A entrevistada 1 participou das duas primeiras edições, apresentando no primeiro seminário sua pesquisa de TCC de um estudo de caso do sudoeste do Paraná sobre a superação da violência através da autonomia econômica e a concretude da Lei Maria da Penha. A entrevistada 2 participou de todos os seminários e conta que foi quem construiu a metodologia adotada nas reuniões.

FOTOGRAFIA 4 - II Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, realizado em Luziânia, Goiás em 2016



Fonte: Site oficial do MMC, 2016/2017.

FOTOGRAFIA 5 - III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular, realizado em Luziânia, Goiás em 2017



Fonte: Site oficial do MMC, 2016/2017.

Como ressalta Ísis M. Táboas em seu livro *É LUTA! Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência* (2018), o FCP pode ser dividido em três elementos fundamentais. O primeiro, o compromisso com o projeto contra

hegemônico de produção agro e hidronegócio, e como resposta a proposição da agricultura baseada na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis, com práticas de recuperação da biodiversidade de sementes crioulas, das plantas historicamente consumidas, das plantas medicinais, das plantas alimentícias não convencionais (PANCS), das flores, dos quintais produtivos, etc. O segundo elemento é o vínculo estreito com o território que habitam, elemento que possui relação direta com o terceiro, que é a centralidade da razão produtiva nas experiências concretas das mulheres camponesas. Diante disso, perder o vínculo com o que às fazem serem camponesas, é totalmente relacionado ao que às fazem sentirem-se mulheres.

Outro ponto central do FCP é o enfrentamento à violência contra às mulheres rurais, que Táboas (2018) trata como uma práxis do FCP, composta por várias questões imbuídas e agravada pela distanciamento de vizinhos e comunidades. Numa questão histórica brasileira, o domínio da terra sempre foi dos homens, e brancos na maioria, isso é uma violência onde as mulheres rurais sempre trabalharam, produziram, cuidaram, e nunca foram reconhecidas como trabalhadoras rurais e parceiras dessa terra. Por isso, o FCP não se refere somente à violência física, verbal, psicológica, mas patrimonial também.

Tudo isso apresentado como o FCP é entendido pelo MMC como um processo de libertação, mas também como de transformação das estruturas, e isso não acontece apenas no âmbito individual. É um processo de formação de consciência que se movimenta em um tripé dialético de formação política, organização popular e na luta das mulheres camponesas por sua libertação. No campo a conquista da liberdade é um trabalho que deve ser feito a partir da base, de formação política, de conscientização das mulheres, do seu papel, etc., mas também composto pelo debate ideológico, e isso só é possível através da organização, e essa organização que possibilita maiores condições de enfrentamento do tripé da dominação e opressão da classe trabalhadora do campo e da cidade: o capitalismo, o patriarcado e o racismo.

Para a entrevistada 2, o FCP mescla-se com sua atuação política e história de vida, pois teve acesso às teorias feministas ainda na faculdade, mas deixa explícito que seu entendimento atual de feminismo foi construído pela sua trajetória no MMC, pela forma que o MMC entende o feminismo. O FCP é a construção da liberdade e autonomia das mulheres rurais por elas mesmas, para

além de perceberem formas de opressão, pensar a construção de novas relações igualitárias entre os gêneros.

A entrevistada 2 questiona questões importantes para o debate:

Como as mulheres se organizaram para lutar e afirmar que são trabalhadoras rurais e que possuem direitos previdenciários se elas não são feministas? O que é ser feminista? Se dizer feminista, é saber seu significado teórico e discutir pautas clássicas feministas? Talvez um monte de camponesas organizadas no MMC até hoje nem saibam o que significa feminismo e morram de medo desta palavra, mas suas ações concretas de luta por direitos, por soberania alimentar, pela autonomia, por não viver com violência, é necessariamente uma luta feminista. Esse é o processo que visibilizamos com o FCP, dizendo que não existe um modelo de feminismo, que este se resume em liberdade e igualdade para as mulheres, quebrar com o patriarcado e com as relações de poder (entrevistada 2, 21 jun 2018).

Por isso, o FCP não é divergente a nenhuma feminismo, pelo contrário, ele se soma, com um recorte muito próprio e olha as particularidades visando um todo, isso é importantíssimo pra luta das trabalhadoras do campo e da cidade.

A entrevistada 1 lembra que

O FCP possui como questão principal o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis, mas é contra a visão essencialista da naturalização do cuidado à figura feminina, responsabilizando-as do cuidado de toda reprodução familiar. Essa naturalização é resultado da divisão sexual do trabalho que tornou as mulheres cativas no espaço doméstico, mas isso não é natural, nem essência, mas uma construção sociocultural do patriarcado, que justifica a dupla, tripla jornada de trabalho, o desgaste físico, psicológico e emocional das mulheres, as doenças decorrentes desse desgaste como a depressão, a violência contra às mulheres, etc. (Entrevistada 1, 22 de maio 2018).

Por isso, a entrevistada 1 ainda ressalta que o cuidado nunca foi valorizado e valorado, somente se dá valor quando tem que pagar alguém para fazer os trabalhos que as mulheres historicamente fazem, como fazer comida (pães, bolos, bolachas, compotas, queijos, leite, banha, etc.), limpar a casa, cuidar do quintal (com horta, flores, plantas medicinais, pequenos animais, etc.), cuidar dos enfermos e idosos, cuidar das crianças, cultivar sementes, “ajudar” na roça, entre inúmeros outros trabalhos que sem as mulheres a família rural não possuiria condições estruturais e econômicas para ficar no campo. Deve-se reconhecer e valorar esses trabalhos, e o reconhecimento deve vir principalmente das políticas públicas.

As experiências de lutas e organizações de mulheres rurais começam a ser construídas a partir do momento em que as próprias mulheres rurais libertam-se, sempre organizadas. O primeiro passo de liberdade é o sair de casa em busca dos direitos à elas negligenciados. Ação essa que tarda, se comparado ao histórico da luta feminista mundial, mas que atualmente torna-se referência na luta pela cidadania plena, pelo reconhecimento profissional e pelo fim da desigualdade. E que esta luta não poderia acontecer de outra maneira. Quando na entrevista é questionado se houve um diálogo entre as lutas feministas de mulheres urbanas e a realidade das mulheres rurais, fica claro que não houve, mas não por que as mulheres urbanas não quiseram dialogar com as rurais, ou qualquer outro motivo de desentendimento entre mulheres. Os principais causadores da desarticulação de movimentos de mulheres rurais e urbanas são compostos pelo tripé da desigualdade: o capitalismo, o patriarcado e o racismo. Estes três fatores são os responsáveis pela existência desses movimentos, que buscam a modificação da realidade, e de sua desarticulação.

Outro ponto que pode ser considerado diante a luta histórica dos movimentos autônomos de mulheres rurais, é que as experiências aconteceram e sempre foram organizadas, coordenadas, lideradas e praticadas por mulheres rurais. Para isso acontecer levou-se o tempo necessário para tal libertação e organização. As vozes feministas e femininas historicamente foram silenciadas pelo cultura patriarcal, quando há a possibilidade de serem ouvidas, as mulheres (rurais e urbanas) devem falar, por isso, para que as mulheres sufragistas, urbanizadas, estudadas e de classe alta no século XIX tivessem suas vozes ouvidas em seu tempo, mas para que essas mulheres de classes mais favorecidas falassem, milhares de outras foram caladas. E para que a mulher rural latinoamericana marginalizada tivesse lugar de fala, muitas mulheres historicamente gritaram para que isso fosse possível atualmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao início, esta pesquisa continha objetivos que perambulavam em torno da comparação entre as teorias do movimento feminista ocidental e urbano para com o surgimento dos movimentos autônomos de mulheres rurais, suas perspectivas próprias de libertação feminina, mas principalmente como suas práticas falavam mais que teoria e ainda, se havia algum diálogo e/ou divergência entre ambos. No decorrer da pesquisa, com uma maior interação com a bibliografia, buscou-se analisar como as teorias feministas ocidentais e urbanas falavam de mulheres ocidentais e urbanizadas, das variadas classes sociais. Fica evidente que quanto mais elevada a classe, mais ouvidas eram as mulheres.

As mulheres provenientes da classe de trabalhadoras industriais, somente conquistaram direitos diante de organizações e reivindicações em massa, do contrário, sozinhas não tinham voz, como as mulheres de classes sociais mais altas. Esses contextos devem ser analisados à parte, pois se trata do processo histórico de cada realidade vivida pelas mulheres urbanas, sejam de classe alta ou baixa, sendo este contexto sociohistórico totalmente influenciado pela cultura patriarcal, capitalista e racista da sociedade contemporânea.

As mulheres rurais latinoamericanas, sejam elas camponesas, indígenas, negras, etc., como o exemplo das mulheres trabalhadoras industriais, somente conseguiram ser ouvidas através da organização. Contudo, essas organizações se compõem, primeiramente, oriundas do processo contra a inserção do pacote tecnológico na agricultura, e posteriormente, da invisibilização das mulheres rurais nas organizações sociais mistas. Esse é um resultado da organização das mulheres rurais diante a percepção de opressão dos homens sobre elas mesmas, e consolida-se com seu protagonismo. Para que isso aconteça, é necessário o tripé conformado por formação política, organização e luta, realizado através de muito trabalho de base nas localidades, encontros de formação, mobilizações, debates, articulações etc. Essas ações não surgem de uma hora para outra, mas partem de um contexto histórico de opressões contemporâneas que fazem com que as mulheres rurais dialoguem e mobilizem-se em objetivos comuns de modificação da realidade.

Diante disso, a indagação feita mediante a possibilidade do diálogo entre correntes feministas urbanas e movimentos autônomos de mulheres rurais pode ser considerada positiva, pois a partir do surgimento de um feminismo oriundo das próprias mulheres rurais, como o Feminismo Camponês Popular, fica claro que este intitula-se como uma das diversas faces de um feminismo que une as mulheres num âmbito global, a opressão sofrida pelo patriarcado. Contudo, no caso do FCP, une-se à luta contra o patriarcado, a defesa de uma agricultura nas bases da agroecologia e a socialização dos meios de produção.

Outra perspectiva que deve ser ressaltada são os movimentos autônomos de mulheres rurais que não se somaram em algum processo narrado aqui, seja na construção do FCP, nas articulações de mulheres trabalhadoras rurais em âmbitos nacionais ou qualquer outro espaço, seja por quais motivos forem. Estes movimentos implicam mulheres que compartilham identidades próprias e configuram seu movimento, fazendo deste o reflexo de sua realidade e reivindicações. Por isso, cada movimento configura-se, denomina-se e cria sua própria história. Somente assim esse processo torna-se legítimo e a ausência desses movimentos nos espaços públicos configura-se como escolha política, mas não os ausência da luta pela bandeira que reivindica.

Toda a discussão sobre o feminismo e suas diversas faces, sobre as lutas e organizações autônomas de camponesas, indígenas, caboclas, mulheres trabalhadoras rurais latinoamericanas, sobre o Feminismo Camponês Popular, trabalhada nesta pesquisa encontra-se ausente na grade curricular do curso de bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA). As temáticas podem ser trabalhadas em qualquer disciplina, por tratar-se de um gênero de pessoas que comportam metade da população mundial. Contudo, para isso a(o) discente deve ter uma predisposição em pesquisar sobre a temática, como revela-se o caso da discente autora da pesquisa.

Com a ausência das disciplinas sobre mulheres rurais na grade de DRUSA, aproveitou-se a oferta das disciplinas de História e Gênero na América Latina, no curso de licenciatura em História, e Gênero e Feminismo, no curso de Ciência Política e Sociologia, ministradas pelas Dr^a Prof^a Cleusa Gomes da Silva e Dr^a Prof^a Elen Cristiane Schneider, consecutivamente. As disciplinas foram de fundamental importância para a fundamentação dessa pesquisa, e apesar da disciplina de História e Gênero na América Latina trabalhar com o feminismo

latinoamericano, e conseqüentemente sobre as mulheres rurais, esta não continha a visão que o curso de DRUSA traria para a temática, como dispõe este trabalho.

Diante a ausência da temática no curso de DRUSA o objetivo, o objeto e o mundo de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso se constrói, baseado na importância da temática sobre mulheres rurais, organização política e suas construções teóricas para a atuação de profissionais de desenvolvimento rural e segurança alimentar. E recomenda-se que estes temas tornem-se foco central de propostas de disciplinas obrigatórias e optativas no curso de DRUSA.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012. p. 248.

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, Ana A. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. IPEA, Rio de Janeiro, 1999.

ADÃO, Nilton M. Lacerda. **Movimento de mulheres camponesas**: a origem religiosa e o cuidado na estrutura familiar. Clélia Peretti (org.). Congresso de Teologia da PUCPR. Curitiba. Anais eletrônicos. 2011. p. 174-186.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Mulheres rurais, movimento social e participação**: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

ALMEIDA CRUZ, Teresa. **A caminhada de organização do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil na luta em defesa da vida**. Anais Eletrônicos - X Seminário Internacional Fazendo Gênero. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013.

ALVES CRUZ, Lindalva. **Movimento social e gênero**: construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2010. 243p.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. CES Revista, v.21. Juiz de Fora, 2007.43-56p.

ANIMAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Cartilha: mobilização nacional de mulheres trabalhadoras rurais. Brasília: ANMTR, 2000.

BETTO, Janaina; PICCIN, Marcos Botton. **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o percurso de sua luta feminista**. Disponível: <https://journals.openedition.org/amerika/8202>. Último acesso em: 26/06/2018.

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BORDALO, Caroline A. **Os caminhos da política**: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011. 155 páginas.

CAMPANHA DA VIA CAMPESINA INTERNACIONAL: sementes patrimônio do povo a serviço da humanidade. Temporalis, Distrito Federal, Brasil, ano 12, n. 24, p. 471-4772, jul./dez. 2012.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo**: notas sobre a participação política e a condição social de gênero. Estudos Sociedade e Agricultura, n.2, p. 11-22, junho/2004.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome o dilema brasileiro**: pão ou aço. Gryphus. 11ed. Rio de Janeiro. 1992. 360p.

CISNE, Mirla A. **Feminismo e Liberdade no Campo**: a importância do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) para a formação da consciência feminista. P. 111-132. Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves 4ª Edição / Karla Hora, Gustavo Macedo, Marcela Rezende, orgs. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

CLOC, Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo. Quem somos. Site oficial, junho de 2010.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de política. Revista Gênero, setembro de 2005.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. **Ação política, transformação social e re-construção de identidades**: Um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

CRUZ, Elizabeth Ferreira. **Mulheres Rurais**: identidade e militância. 9º Fazendo Gênero. Diásporas, diversidades e deslocamentos. Universidade Federal de Santa Catarina UFSC. 23 a 26 de agosto de 2010.

CRUZ, Lindalva Alves. **Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013, 226p.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Boitempo editorial, São Paulo. 2004.

DELGADO, Guilherme C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra**: um estudo da reflexão agrária. Estudos Avançados vol.15 no. 43. São Paulo. Dezembro, 2001.157-172 p.

FERRO, Silvia Lilian. **El paradigma de modernización agraria como fundamento de la pedagogia de la desigualdad en los medios rurales latinoamericanos**. Espaço e Tempo Midiáticos - Revista do Grupo de Pesquisa Mídias e Territorialidades Ameaçadas - Vol. 2 N. 1 – Jan/Jul, 2017.

FREITAS, Isabel; MORI, Natália; FERREIRA, Verônica (org). **A seguridade social é um direito das mulheres**. Vamos a luta! Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA). Brasília, 2010.

GADELHA, Renata R; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A; ANDRIOLI, Antônio I. **História das origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016)**. Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017. 180-195 pp.

GASPARETO, Sirlei A. K. **A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas**: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina - Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul UNISC, 2017.

GIULANI, Paola Cappellin. **Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira**. In: PRIORI, Mary Del (org.). Histórias das Mulheres no Brasil. 3ª edição, São Paulo: contexto, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Editora Loyola, 6 edição, São Paulo, abril de 2007.

HERRERA, Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento**: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial - 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações na divisão sexual do trabalho**. Trad. Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. 595-609p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Descrição do semiárido. Site oficial, 20___. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>. Último acesso: 20/06/2018.

JABARDO, Mercedes (ed); Sojourner Truth; Ida Wells; Patricia Hill Collins; Angela Davis; Carol Stack; Hazel Carby; Pratibha Parmar; Jayne Ifekwunigwe; Magdalene AngLygate. **Feminismos negros**. Uma antologia. Primeira edição, 1200 exemplares, outubro de 2012.

LAGE, Allene Carvalho; VIEIRA, Iasmim de Araujo; FIGUEIREDO, Joana D. S; NETTA, Ranúzia M. L. **Lutas pelo feminismo em contextos rurais**: a experiência de mulheres camponesas no nordeste do Brasil. In: Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero - REDOR, 17. Anais Editora Universitária da UFPB, 2012.

MANO, Maíra Kubík. **Discurso das mulheres e confronto midiático**: uma análise sobre a ação da Via Campesina na Aracruz Celulose. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, GT 7 Feminismo e Marxismo na América Latina. Universidade Estadual de Londrina UEL. Londrina, PR. 14 a 17 set. 2010,

MARTINS, Fabio; BRUNETTO, Sarue. **Movimento das Mulheres Camponesas e sua relação de resistência com a ditadura militar**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984-3968, v.8, n.1, 2014.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume 1. São Paulo. Abril Cultural. 1983. 301p.

MENDES, Ivete M. A; MUNARINI, Carmen. **Recuperação, produção e melhoramento de sementes de hortaliças em Santa Catarina**. In Biodiversidade e agricultores fortalecendo o manejo comunitário. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/253328170_Biodiversidade_e_agricultores_Fortalecendo_manejo_comunitario. Último acesso: 20/06/2018.

MENEZES NETO, Antonio Julio. **A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 50, Maio/Ago. 2007, p. 331-341.

MENEZES, Marilda A; GASPARETO, Sirlei A. K. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina**. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (orgs). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói : Alternativa, 431 p. 2013.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPESINAS. Missão e Objetivos. Site oficial, 2016/2017. Disponível: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>. Último acesso em 28/06/2018.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**. 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/mulher/2005/artigo3.pdf>. Último acesso em 27/05/18.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (orgs). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói : Alternativa, 431 p. 2013.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16 (2): 305-332, maio-agosto/2008.

PATEMAN, Carole. **Críticas feministas à dicotomia público/privado**. Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli org.1996.

PAULILO, Maria Ignez. —Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análisell. In **Revista Estudos Feministas**, UFSC, vol. 12, nº 1, p. 229-252, 2004.

PAULILO, M. I. **Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio**. Cadernos de Pesquisa. Florianópolis, abril 2000 / N. 21.

PAULILO, M. I. **O peso do trabalho leve**. Revista Ciência Hoje, v.5, n. 28, pp.64-70, fev. 1987.

QUEIROZ, Maria José de. **El hombre-macho e a hombría: variações em torno do conceito do machismo**. 1985. Disponível: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/viewFile/133/83>. Último acesso 27/11/17.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. – 3 ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2013. 528p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. -- 2 ed. - São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. **Limites e possibilidades da militância política em um movimento social rural de mulheres**. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(1): p. 51-70, janeiro-abril/2014.

SANTOS, Jean C. S. dos; ANTUNES, Di Diego. **Relações de gêneros e liderança nas organizações: ruma a um estilo andrógino de gestão**. Gestão Contemporânea. Porto Alegre, ano 10, nº14, p. 35-60, jul/dez 2013.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 440p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5º, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442.

SEIBERT, Iridiani Graciele. RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. **Aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o Marxismo Latino-Americano**. Anais VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária | IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, Paraná. Novembro, 2017.

TÁBOAS, Ísis Menezes. **É LUTA!** Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência. Editora Lumen Juris, Brasília. 2018.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança:** um estudo sobre as articulações internacionais de trabalhadores. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2008.

VÉLEZ, Gloria Bonilla. **La lucha de las mujeres en América Latina:** feminismo, ciudadanía y derechos. 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2979331.pdf> Último acesso em 27/05/18.

ANEXOS

ANEXO 1 – Roteiro de Entrevista semi-estruturada

1. Apresentação pessoal (entrevistada e entrevistadora);
2. Como o MMC foi constituído?
3. Anterior aos movimentos de mulheres rurais você participou de outro(s) movimento(s) social(is)? Qual? Por quê? Como era?
4. Como foi sua experiência com as ideias feministas? Você se considera uma feminista? Por quê?
5. Quais foram e quais são as demandas das companheiras do MMC? Houve alguma mudança com o tempo? Quais mudanças? Por quê?
6. Na sua opinião houve conquistas das mulheres rurais? Por quê? Exemplos?
7. Você sabe falar a respeito da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais? Por quê?
8. Na sua opinião, você e suas companheiras do MMC - MMTR NE se sentem contempladas com as discussões feministas “urbanas”? Por quê?
9. Você acha que há uma diferença na teoria e no movimento feminista entre mulheres rurais e mulheres urbanas? Por quê? Dê exemplos?
10. Tem alguma questão sobre os movimentos feministas rurais que você acha importante mencionar mas que não foi contemplado nas perguntas deste questionário?